



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORIA DE PROGRAMAS E METAS

Ofício nº 129/2020/APM

Pato Branco, 31 de agosto de 2020.

Senhor Presidente,

Encaminhamos aos ilustres vereadores, respostas relativas aos requerimentos abaixo descritos, constantes do **Ofício nº 440/2020-DL, de 11 de agosto de 2020:**

- Requerimentos nºs 1569, 1570, 1571, 1573, 1574, 1575, 1578, 1586, 1588, 1590, 1591, 1592, 1593, 1596, 1597, 1598, 1600, 1601, 1602, 1603, 1605, 1606, 1607, 1610, 1612, 1324, 1482, 1393, e 1328/2020.

Respeitosamente


CLEVERSON MALAGI

Assessor de Programas e Metas

A Sua Excelência o Senhor
MOACIR GREGOLIN
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – PR

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 2906/2020
Data: 03/09/2020 - Horário: 14:53
Administrativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Secretaria de Meio Ambiente

Rua Caramuru, 271 – Centro
85501-060 – Pato Branco – PR
Fone/fax (0xx46) 220-1505
meioambiente@patobranco.pr.gov.br

Ofício nº. 103/2020/SMMA

Pato Branco, 28 de agosto de 2020.

Senhor Presidente

Sirvo-me do presente para apresentar resposta aos requerimentos dessa Casa de Leis encaminhados à essa Secretaria de Meio Ambiente através do Ofício nº. 440/2020-DL, de 11 de agosto do corrente.

1. Requerimento nº. 1570/2020:
 - a. Para que possamos analisar integralmente o objeto requerido pelo Vereador Fabrício Preis de Mello, solicitamos maiores informações e detalhamento da intervenção requerida, tipos de materiais necessários para a ação e providências requeridos;
2. Requerimento nº. 1588/2020:
 - a. Solicito por gentileza que seja reenviado o referido requerimento para que possamos responde-lo, em atendimento ao requerido pela Vereadora Marines Boff Gerhardt;
3. Requerimento nº. 1601/2020:
 - a. Informamos que iremos verificar in loco a situação requerida para providências cabíveis;
4. Requerimento nº. 1602/2020:
 - a. Informamos que iremos verificar com a Secretaria de Engenharia e Obras sobre o objeto do referido requerimento, sobre a viabilidade da execução da referida obra ainda para esse ano de 2020;
5. Requerimento nº. 1612/2020:
 - a. Solicitamos do vereador requerente que nos informe a localização exata do referido Parque Linear, ou informamos que nos dispomos para que juntos possamos realizar uma vistoria in loco para avaliarmos previamente as intervenções necessárias.

Antônio Cezar Soares
Secretário Municipal de Meio Ambiente

PATO BRANCO
Antônio Cezar Soares
Secretário Municipal Meio Ambiente
Portaria n.º 577/2019

Ao Senhor

Moacir Gregolin

Presidente da Câmara de Vereadores

Pato Branco – PR.



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Ofício nº 440/2020-DL

Pato Branco, 11 de agosto de 2020.

RESPOSTA: SECRETARIAS: 25/08/2020
CÂMARA: 28/08/2020



TOTAL DE REQUERIMENTOS: 29

Senhor Prefeito:

Encaminhamos à Vossa Excelência (via e-mail) as proposições dos senhores vereadores, aprovadas por unanimidade na sessão ordinária realizada no dia **10 de agosto de 2020**, conforme segue:

- Requerimentos nºs **1569** (PL Nº 126/2020), **1570**, **1571** (PL Nº 76/2020), **1573**, **1574** (PL Nº 7/2020), **1575** (PL Nº 105/2020), **1576**, **1578** (PL Nº 110/2020), **1579** (PL Nº 74/2020), **1586**, **1588**, **1590**, **1591** (PL Nº 99/2020), **1592**, **1593**, **1594** (PL Nº 195/2018), **1596**, **1597**, **1598**, **1599** (PL Nº 122/2020, PL Nº 123/2020), **1600**, **1601**, **1602**, **1603**, **1605**, **1606**, **1607**, **1610**, **1612/2020**.

Requer.	Secretaria	Marcação	Requer.	Secretaria	Marcação
1569 <i>Projeto de Lei</i> <i>126/2020</i>	PATOPREV		1594 <i>Projeto de Lei</i> <i>195/2018</i>	Administ. e Finanças	
1570	Meio Amb.		1596	Engenharia	
1571 <i>Projeto de Lei</i> <i>76/2020</i>	Engenharia		1597	Engenharia	
1573	PROCON		1598	Engenharia	
1574 <i>Projeto de Lei</i> <i>7/2020</i>	Educação		1599 <i>Projeto de Lei</i> <i>122/2020</i> <i>Projeto de Lei</i> <i>123/2020</i>	RH	
1575 <i>Projeto de Lei</i> <i>105/2020</i>	IPPUPB		1600	Engenharia	
1576	Meio Amb.		1601	Meio Amb.	
1578 <i>Projeto de Lei</i> <i>110/2020</i>	Agricultura		1602	Meio Amb.	
1579 <i>Projeto de Lei</i> <i>74/2020</i>			1603	Engenharia	
1586	Engenharia		1605	Engenharia	
1588	Meio Amb.		1606	Administ. e Finanças	
1590	Engenharia		1607	Educação	
1591 <i>P. L. 99/2020</i>	Engenharia		1610	IPPUPB	
1592	Engenharia		1612	Meio Amb.	
1593	Agricultura				

Memorando nº 123/2020 GSEC

Pato Branco, 18 de Agosto de 2020.

À Secretaria de Gabinete

Assunto: Resposta ao requerimento nº 1574/2020

Senhora:

Em resposta ao requerimento nº 1574/2020, manifestação técnica sobre o Projeto de Lei nº 7/2020, criando o Programa de Educação Financeira nas Escolas, no Município de Pato Branco, expõem-se, a seguir, argumentos que comprovam que já existe esse conteúdo instituído dentro da BNCC, documento oficial da Educação, em nível nacional, com as devidas adequações locais, conforme se poderá constatar:

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (*) Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente Resolução e seu Anexo instituem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares.

Parágrafo Único. No exercício de sua autonomia, prevista nos artigos 12, 13 e 23 da LDB, no processo de construção de suas propostas pedagógicas, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na BNCC, as instituições escolares, redes de escolas e seus respectivos sistemas de ensino poderão adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessários.



Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, inclui-se: "... educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural " (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada.

Na Proposta Curricular do Município de Pato Branco, devidamente aprovada pelas instâncias superiores, consta na Matemática do 5º ano, à página 387:

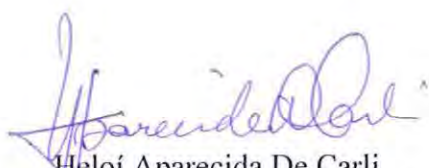
UNIDADE TEMÁTICA Números e Álgebra

OBJETOS DE CONHECIMENTO Números Racionais. Porcentagem.

CONTEÚDOS (EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

Resolver e elaborar problemas envolvendo cálculo de porcentagem (10%, 25%, 50%, 75% e 100%) em contextos de educação financeira e outros.

Atenciosamente,



Heloi Aparecida De Carli
Secretária Municipal de Educação e Cultura



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Planejamento Urbano

Ofício 041/2020

Pato Branco, 27 de agosto de 2020.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a resposta da proposição relativa ao **Requerimentos nº 1575/2020**, de autoria do Vereador Amilton Maranoski aprovado pela Câmara Municipal na sessão de **10/08/2020**, na qual é solicitado que o IPPUPB manifeste-se tecnicamente sobre o Projeto de Lei nº 105/2020, de autoria do vereador Claudemir Zanco - PL, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de elevador que caiba maca ou leito para transporte de pessoas nas edificações.

Resposta: Tendo em vista que tecnicamente a obrigatoriedade de instalação de elevadores para o transporte de macas em todas as edificações resultará na completa readequação das dimensões das áreas comuns e de circulação dos edifícios, o que necessariamente representa em aumento dos custos totais dos empreendimentos, expressamos nosso parecer contrário a tramitação e aprovação do citado Projeto de Lei nº 105/2020.

Atenciosamente,


Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano

À Sua Excelência o Senhor
MOACIR GREGOLIN
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – PR



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Planejamento Urbano

Ofício 042/2020

Pato Branco, 27 de agosto de 2020.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a resposta da proposição relativa ao **Requerimentos nº 1610/2020**, de autoria do Vereador Joecir Bernardi, aprovado pela Câmara Municipal na sessão de **10/08/2020**, na qual é solicitado que seja realizado um estudo técnico da Via Lateral Alfredo Luiz de Bortoli, localizada próximo ao Posto de Combustível Benedita, analisando a possibilidade de inversão de sentido ou que a mesma passe a ser uma via de mão dupla.

Resposta: A Via Lateral Alfredo Luiz de Bortoli está localizada na faixa de domínio do DNIT. Portanto, somente o DNIT tem competência para alterar o sentido da mesma.

Ressaltando-se, que a referida Via tem que ter sentido único de direção para não ocorrer problemas de tráfego com a saída da Av. Brasil.

Atenciosamente,

Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano

À Sua Excelência o Senhor
MOACIR GREGOLIN
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – PR

Memorando nº 122/2020 GSEC

Pato Branco, 05 de Julho de 2020.

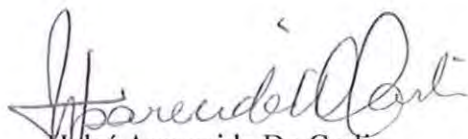
À Secretaria de Gabinete

Assunto: Resposta ao requerimento nº 1607/2020

Senhora:

Em resposta ao requerimento nº 1607/2020, comunicamos que a resposta ao protocolo foi endereçada ao requerente, Luiz Mendes da Silva.

Atenciosamente,



Heloi Aparecida De Carli
Secretária Municipal de Educação e Cultura



Prefeitura Municipal de Pato Branco

Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.

Ofício nº 086/2020 – SEO

Ref.: Resposta a solicitação.

Pato Branco (PR), 24 de agosto de 2020.

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, encaminhar as respostas das solicitações pertinentes a esta secretaria, relativo ao Ofício nº 440/2020 da Câmara Municipal, direcionado ao executivo municipal.

Proposição nº 1571

Requer ao Executivo Municipal, que se manifeste tecnicamente sobre o Projeto de Lei Ordinária 76/2020, de autoria do vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT, que institui a obrigatoriedade do Município de Pato Branco disponibilizar no Portal da Transparência o acompanhamento e toda documentação correlata quanto a execução dos Contratos que tem como objeto pavimentação e recapeamento asfáltico.

Resposta: Em relação a Secretaria de Engenharia não vemos impedimento para disponibilização da documentação solicitada. Apenas teria que verificar qual o departamento responsável pela colocação das informações no portal.

Proposição nº 1586

Requer ao Executivo Municipal para que realize a abertura e a pavimentação com pedras poliédricas (calçamento) da Rua Pedro Lobo no Bairro Alvorada que dá acesso a Rua Princesa Isabel.

Resposta: Solicitação encaminhada ao departamento competente, para realização de vistoria.

Proposição nº 1590

Requer ao Executivo Municipal a extensão de rede de iluminação pública na Rua Ivaí entre a Rua Terezinha Duarte e a Rotatória dos Desbravadores, localizada na entrada do Parque da Pedreira, no Bairro Jardim Floresta.

Resposta: Solicitação encaminhada para análise do Departamento de Iluminação Pública.

Proposição nº 1591

Requer ao Executivo Municipal, que se manifeste tecnicamente sobre o Projeto de Lei Ordinária 99/2020, de autoria do vereador Amilton Maranoski - PL, que dispõe sobre a obrigação de fixação de placas em obras públicas inacabadas ou paralisadas no Município de Pato Branco.

Resposta: As obras municipais em geral não apresentam paralisação por longos períodos, em relação a colocação de placa é necessário avaliar pois esta terá um custo que poderia ser investido na obra. Em relação ao artigo terceiro incluindo o parágrafo único, deve-se verificar qual o órgão competente para a fiscalização e lançamento no portal da transparência das informações em relação a obras estaduais ou federais, não licitadas pela prefeitura.

Proposição nº1592

Requer ao Executivo Municipal para que se faça uma faixa elevada para pedestres, em frente a Escola Municipal São Cristóvão, rua Luiz Xavier, no Bairro São Cristóvão.

Resposta: Solicitação encaminhada para o Departamento de Trânsito verificar a possibilidade de instalação.

Proposição nº1596

Requer à Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, para que seja realizada a obra de pavimentação asfáltica no final da rua Olindo Setti, no bairro Vila Isabel.

Resposta: Solicitação de pavimentação incluída na lista de espera, para próximas etapas do programa de asfalto nos bairros.

Proposição nº1597

Requer à Secretaria Municipal de Engenharia e Obras operação tapa buraco urgente no cruzamento das ruas Prefeito Graeff e Gotardo Dagostin, no bairro La Salle.

Resposta: Solicitação encaminhada ao Departamento de Obras.

Proposição nº1598

Requer à Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, para que seja realizada a obra de pavimentação asfáltica na rua Bruno Ceni, no bairro Parque do Som.

Resposta: Solicitação de pavimentação incluída na lista de espera, para próximas etapas do programa de asfalto nos bairros.

Proposição nº1600

Requer à Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, para que seja realizada a obra de pavimentação asfáltica na rua Jorge Guérios Sobrinho, no bairro Bonatto.

Resposta: Solicitação de pavimentação incluída na lista de espera, para próximas etapas do programa de asfalto nos bairros.

Proposição nº1603

Requer a instalação de dois super postes no Parque Linear Caminhos do Ligeiro - Bairro Santa Terezinha.

Resposta: Solicitação encaminhada para o Departamento de Iluminação para análise.

Proposição nº1605

Requer ao Executivo Municipal que envie a resposta do Protocolo nº 070280, e que tome providências para o desentupimento do bueiro na rua Avestruzes em frente a residência nº260, bairro Planalto.

Resposta: Em busca realizada não encontramos protocolo com o número indicado, em relação ao desentupimento do bueiro solicitação encaminhada ao Departamento de Obras para verificar *in loco*.

Atenciosamente



Frederico Demario Pimpão
Secretário de Engenharia e Obras
Port. 368/2014



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Agricultura

Ofício nº 061 / 2019

Pato Branco, 24 de agosto de 2020.

Senhor Presidente;

Encaminhamos a resposta da proposição relativa ao Ofício nº 440/2020 de 11 de agosto de 2020.

Proposição no requerimento nº 1578/2020

Requer ao Executivo Municipal manifestação técnica sobre o Projeto de Lei nº 110/2020, de autoria do vereador Joecir Bernardi - PSD, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar cascalho aos produtores rurais que especifica, com propriedade no Município de Pato Branco.

Resposta - Manifestamos que as atividades da Secretaria de Agricultura através da patrulha rural envolve todas comunidades dos residentes no interior (agropecuáristas), atendendo todos os pedidos através da Lei 3276 da Porteira Adentro, verificando que **não há limite de quantidades** de material a ser utilizados mas a quantidade em horas conforme prescreve o seu artigo 2º. Habilita aqueles que cumprem o seu artigo 3º aptos a receberem os benefícios ali descritos. O departamento técnico (veterinário) orienta para evitar colocação de cascalho no pátio onde circulam os animais, para evitar afecções de casco que ocasionam perdas significativas na produtividade da vaca leiteira e sobretudo na lucratividade do rebanho acometido.

Atenciosamente.

Secretaria de Agricultura
Prefeitura Municipal de Pato Branco

Secretaria Municipal de Agricultura
Benigno Kozelinski
Chefe da Div. de Departamento Rural
Engenheiro Agrônomo
CPF 186.983.289-20 - CREA-PR 61934-D
Pato Branco - PR

A Sua Excelência
Senhor Vilmar Macari
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – Pr.



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Agricultura

Ofício nº 060 / 2020

Pato Branco, 24 de agosto de 2020.

Senhor Presidente;

Encaminhamos a resposta da proposição relativa ao Ofício nº 440/2020 de 11 de agosto de 2020.

Proposição no requerimento nº 1593/2020

Requer seja oficiado ao Executivo Municipal solicitando que seja destinada a sobra do asfalto da revitalização da rodovia PR 493, para ser colocada no trecho entre as Comunidades do Passo da Pedra e São Brás.

Resposta: Informamos que a sobra de Asfalto (material fresado) deve seguir Portaria 085/2019 da Secretaria de Estado que regulamenta os procedimentos e providencias administrativas relacionadas as doações desse material. Informamos que estamos anotando, para que a Secretaria realize o pedido de material, que vai depender da disponibilidade do DER.

Atenciosamente.

Secretaria de Agricultura
Prefeitura Municipal de Pato Branco

Secretaria Municipal de Agricultura
Benigno Kozelinski
Chefe da Div. de Departamento Rural
Engenheiro Agrônomo
CPF 186.983.289-20 - CREA-PR 61934-D
Pato Branco - PR

A Sua Excelência
Senhor Moacir Gregolin
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – Pr.



Município de Pato Branco

Rua Caramuru, 271 – Centro
Pato Branco – Paraná
CEP: 85.501-060

Pato Branco, 19 de agosto de 2020

Memo - Doc. 0284/2020

Para: **Secretaria de Gabinete**

De: **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**

Data: **19/08/2020**

Referencia: **Requerimento 1606/2020**


-Conforme requerimento nº 1606/2020 do vereador José Gilson Feitosa da Silva-PT, emitido em 10/08/2020, solicitando explicações da necessidade de manter a iluminação do Terminal Rodoviário José Cattani, ligada o dia todo.

Conversei com o chefe da IP Sr.Gilvan e o responsável pela administração do Terminal Sr.Ildo Paim, que nos informaram que foram feitos reparos parciais na iluminação, tendo sido sanado em parte o problema, podendo no momento em dias ensolarados, ficar o sistema todo desligado.

Em dias chuvosos, mais escuros a parte externa pode ficar desligada, mas internamente tem que permanecer ligado, porque só a iluminação natural não resolve.

Mas nos estudos e análises, que estão sendo feitos para reforma do Terminal, tudo isso já esta contemplado para ser corrigido.

Atenciosamente


Município de Pato Branco
Mauro José Sbarain
Secretário de Administração e Finanças
Portaria n.º 469 de 22/09/2017

REQUERIMENTO
1573

**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR - PROCON - PATO BRANCO – ESTADO
DO PARANÁ.**

Ofício nº 003/2020 – Dir.

Pato Branco, 21 de agosto de 2020.

Senhor Presidente:

Esta Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON - Pato Branco/PR em razão do requerimento de n.º 1573/2020, proposto pelo vereador Fabrício Preis de Mello - PSD, oriundo da Câmara Municipal de Pato Branco, onde solicitou que se proceda fiscalizações nas agências bancárias, em razão do tempo excessivo de espera em fila convencional e preferencial, bem como, envie cópia das fiscalizações realizadas nestes estabelecimentos, nos últimos doze meses.

Justifica sua solicitação o fato de ter recebido inúmeras reclamações por parte da população e que na parte da manhã, a fila preferencial para idosos não está sendo respeitada.

A presente solicitação envolve algumas considerações:

1) O momento em que vivemos é totalmente atípico e novo para todos. As regras sanitárias possuem prioridade e as agências bancárias estão tentando buscando atendê-las, de acordo com a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, bem como, um circular de n.º 3.991 de 19 de março de 2020, autorizam que as agências atendam somente serviços essenciais para não lotarem de consumidores os estabelecimentos e estão atendendo de forma limitada. Portanto, deve ser isso a causa de aumento das filas. A Caixa Econômica Federal foi a única que nos informou a respeito da forma de atendimento durante a pandemia, de acordo com o ofício em anexo, cópia da circular do BACEN e da Lei 13.979/2020;

2) Todavia, nem por isso, as agências tem autorização de desobedecerem a Lei 8.070 de 11 de setembro de 1990, e a lei estadual n.º 13.400 de 21 de dezembro de 2001, e para punir os bancos caso isso aconteça há a necessidade de se verificar caso a caso, devido a esse momento atual. O consumidor precisa colaborar e denunciar ao órgão competente, no caso, o PROCON. Aproveito a oportunidade para lhes solicitar, caros vereadores, que ao receberem tais reclamações, encaminhe-os até esse PROCON para que sejam tomadas as medidas corretas e cabíveis dentro da lei.

**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR - PROCON - PATO BRANCO – ESTADO
DO PARANÁ.**

3) O consumidor patobranquense precisa se empoderar e fazer valer seus direitos. Se o consumidor no momento que se encontra na fila, entrar em contato com o PROCON, o fiscal irá até ele e verificará a situação, acompanhará o tempo que está na fila e se for o caso, a agência será autuada; Ou ele pode muito bem, guardar sua senha e ao ser atendido exigir (direito do consumidor) uma comprovação da hora do atendimento, com isso já faz prova e consegue denunciar no PROCON;

4) A denúncia pode ser realizada via telefone (46) 3902-1289 e 3902-1325 e via e-mail proconpatobranco01@gmail.com, tendo como pré-requisitos a identificação do consumidor e o comprovante do atendimento do banco (excesso de tempo de espera em fila);

5) Não deixamos, ainda, de destacar que, caso o consumidor tenha sofrido eventuais danos, pode processar a agência que o prejudicou, de forma individual na Justiça;

6) A respeito das fiscalizações, o PROCON não possui estrutura, no momento, para realizar de forma ostensiva, mas, sempre que recebe as denúncias, elas são verificadas, autuadas e aplicadas penalidades às agências bancárias, de acordo com as fotocópias, de autos de infração, em anexo;

7) Quanto a justificativa do ofício nos encaminhado, não temos nenhum conhecimento ou denúncia a respeito. Nenhum consumidor reclamou de tempo de fila de espera ou que não respeitam a fila preferencial para idoso.

Na oportunidade, renovo os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Alessandra Botelho Elias dos Santos
Diretora do PROCON/Pato Branco

**AO EXMO SR.
MOACIR GREGOLIN
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/02/2020 | Edição: 27 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

§ 1º As medidas estabelecidas nesta Lei objetivam a proteção da coletividade.

§ 2º Ato do Ministro de Estado da Saúde disporá sobre a duração da situação de emergência de saúde pública de que trata esta Lei.

§ 3º O prazo de que trata o § 2º deste artigo não poderá ser superior ao declarado pela Organização Mundial de Saúde.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

Parágrafo único. As definições estabelecidas pelo Artigo 1 do Regulamento Sanitário Internacional, constante do Anexo ao Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, aplicam-se ao disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - isolamento;

II - quarentena;

III - determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou

e) tratamentos médicos específicos;

IV - estudo ou investigação epidemiológica;

V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;

VI - restrição excepcional e temporária de entrada e saída do País, conforme recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por rodovias, portos ou aeroportos;

VII - requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

VIII - autorização excepcional e temporária para a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa, desde que:

a) registrados por autoridade sanitária estrangeira; e

b) previstos em ato do Ministério da Saúde.

§ 1º As medidas previstas neste artigo somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.

§ 2º Ficam assegurados às pessoas afetadas pelas medidas previstas neste artigo:

I - o direito de serem informadas permanentemente sobre o seu estado de saúde e a assistência à família conforme regulamento;

II - o direito de receberem tratamento gratuito;

III - o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas, conforme preconiza o Artigo 3 do Regulamento Sanitário Internacional, constante do Anexo ao Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020.

§ 3º Será considerado falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente das medidas previstas neste artigo.

§ 4º As pessoas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste artigo, e o descumprimento delas acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei.

§ 5º Ato do Ministro de Estado da Saúde:

I - disporá sobre as condições e os prazos aplicáveis às medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo; e

II - concederá a autorização a que se refere o inciso VIII do **caput** deste artigo.

§ 6º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e da Justiça e Segurança Pública disporá sobre a medida prevista no inciso VI do **caput** deste artigo.

§ 7º As medidas previstas neste artigo poderão ser adotadas:

I - pelo Ministério da Saúde;

II - pelos gestores locais de saúde, desde que autorizados pelo Ministério da Saúde, nas hipóteses dos incisos I, II, V, VI e VIII do **caput** deste artigo; ou

III - pelos gestores locais de saúde, nas hipóteses dos incisos III, IV e VII do **caput** deste artigo.

Art. 4º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Art. 5º Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de:

I - possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus;

II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus.

Art. 6º É obrigatório o compartilhamento entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo coronavírus, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação.

§ 1º A obrigação a que se refere o **caput** deste artigo estende-se às pessoas jurídicas de direito privado quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária.

§ 2º O Ministério da Saúde manterá dados públicos e atualizados sobre os casos confirmados, suspeitos e em investigação, relativos à situação de emergência pública sanitária, resguardando o direito ao sigilo das informações pessoais.

Art. 7º O Ministério da Saúde editará os atos necessários à regulamentação e operacionalização do disposto nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de fevereiro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Sérgio Moro

Luiz Henrique Mandetta

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA**BANCO CENTRAL DO BRASIL****DIRETORIA COLEGIADA****CIRCULAR Nº 3.991, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Dispõe sobre o horário de atendimento ao público nas dependências das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquanto perdurar a situação de risco à saúde pública decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 19 de março de 2020, com base no art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e tendo em vista o art. 7º, inciso II, da Resolução nº 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, resolve:

Art. 1º Assegurada a prestação dos serviços essenciais à população, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem ajustar o horário de atendimento ao público de suas dependências enquanto perdurar, no País, a situação de risco à saúde pública decorrente do novo Coronavírus (Covid-19), dispensada a antecedência de comunicação de alteração, de que trata o art. 4º da Resolução nº 2.932, de 28 de fevereiro de 2002.

Parágrafo único. Os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais e as caixas econômicas estão dispensados do cumprimento, em suas agências, do horário obrigatório e ininterrupto de que trata o art. 1º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 2.932, de 2002.

Art. 2º As instituições de que trata o art. 1º devem afixar aviso em local visível em suas dependências, bem como comunicar os clientes, pelos demais canais de atendimento disponíveis, sobre o horário de atendimento e caso venham a instituir limitação de quantidade de clientes e usuários ou outras condições especiais de acesso às suas dependências, destinadas a evitar aglomeração de pessoas.

Art. 3º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.3.2020

OUVIDORIA DA CAIXA
SAUS Quadra 3 - Bloco E
Ed. Matriz III – 8º andar – Ala Norte
CEP 70.070-030 – Brasília – DF

Ofício nº 0009/2020/OUVID

Brasília, 13 de maio de 2020.

Aos
Órgãos de Defesa do Consumidor de todo o país

Assunto: Atendimento CAIXA para o pagamento do Auxílio Emergencial e outros serviços bancários considerados essenciais aos cidadãos

Prezados(as) Senhores(as),

1. Agradecemos antecipadamente o auxílio no atendimento aos cidadãos vulneráveis que necessitam, neste momento delicado de pandemia e crise econômica, receber orientações e informações que possam preservar a vida e o bem-estar da população.
2. Reconhecemos que todo o Brasil está enfrentando um desafio sem precedentes na sua história, e a CAIXA, como executora de políticas públicas para a população e parceira do Estado, está agregando ao seu papel social o apoio da Administração Pública local com iniciativas de parcerias entre Prefeituras Municipais e a CAIXA para minimizar os impactos das filas, diante da realização de milhares de pagamentos que estão sendo efetuados semanalmente em nossas agências.
3. Esclarecemos também que em virtude da necessidade de preservação da saúde dos nossos clientes e empregados, e em alinhamento às orientações da lei 13.979/2020, que define as medidas que podem ser realizadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, a CAIXA adotou contingência de atendimento em todas as suas unidades, de modo a evitar a aglomeração nos ambientes internos, o que tem causado a formação de filas nas áreas externas das agências. Por isso a parceria com o Poder Público tem sido fundamental para ajudar a evitar o risco de aglomerações desnecessárias nas cidades.
4. Ressaltamos que a CAIXA está atuando para garantir o pagamento do auxílio emergencial e outros serviços bancários considerados essenciais, respeitando as condições recomendadas pelo Ministério da Saúde e a diversidade de determinações de atendimento estaduais e municipais.

4.1 É de amplo conhecimento o ineditismo dessa ação de pagamento de auxílios para milhões de pessoas num curto espaço de tempo, algo jamais visto no atendimento bancário, por isso, nossas agências estão atendendo somente os seguintes serviços considerados essenciais para a população:

- Saque de benefício INSS sem cartão e senha
- Saque de FGTS sem cartão e senha
- Saque de Seguro Desemprego ou Defeso sem cartão e senha
- Saque de Bolsa Família sem cartão e senha
- Liberação de PIS/Abono sem cartão e senha
- Desbloqueio de cartão e senha
- Saque de Conta Salário ou Conta Corrente/Poupança com crédito de salário sem cartão e senha
- Pagamento de prêmios de loteria
- Pagamento de Precatório/RPV

4.2 Sendo assim, desde a declaração da pandemia pela Organização Mundial de Saúde, a CAIXA instituiu o funcionamento de suas agências em regime de contingência, com quadro reduzido de empregados apenas para o atendimento aos serviços essenciais, com funcionamento das 10h às 14h, de acordo com o Decreto nº 10.282/20. Entretanto, diante da necessidade da população, desde 04.05.2020 a CAIXA antecipou e estendeu o horário de atendimento das 8h às 14h.

4.3 Também com objetivo de reduzir aglomerações em filas no atendimento das agências e para possibilitar maior amplitude de tempo de atendimento aos beneficiários do auxílio emergencial, a CAIXA realizou abertura de diversas agências para realização de pagamentos nos sábados 02/05/2020 e 09/05/2020.

4.4 A lista atualizada de funcionamento das agências fica disponível na internet, no site da CAIXA, no endereço a seguir:
<http://www.caixa.gov.br/atendimento/Paginas/default.aspx>

4.5 Os empregados das agências estão orientados a liberar a entrada de clientes em, no máximo, 50% da quantidade de assentos disponíveis nos ambientes de atendimento, desde que seja possível a manutenção de, pelo menos, 2 metros de distância entre cada pessoa.

4.6 No interior da agência, o atendimento está sendo feito, preferencialmente, no ambiente de bateria de caixa/penhor/atendimento expresso por serem estruturas físicas que propiciam naturalmente o afastamento físico, reforçando as medidas de prevenção.

4.7 Nas salas de Autoatendimento, para melhor proteção dos cidadãos, a entrada está limitada a 1 cliente por máquina e a liberação de acesso se dá mediante a saída dos anteriores, na ordem das senhas entregues.

4.8 Outra medida importante, e realizada constantemente pela CAIXA, é a intensificação do trabalho de limpeza das agências, priorizando a higienização

em superfícies de contato humano, ou seja: portas de entrada (maçanetas e vidros do entorno), teclados dos equipamentos das Salas de Autoatendimento, balcões de caixa e estações de trabalho, cadeiras e longarinas usadas pelos clientes, portas de banheiros, torneiras e aparelhos sanitários.

- 4.9 Também foram colocados dispensadores de álcool em gel no interior da agência e salas de autoatendimento e passamos a limpar e higienizar as fachadas, calçadas e guarda-corpo de nossas agências.
5. Destacamos também que a CAIXA disponibilizou aos seus clientes o WhatsApp 0800 726 8068 para atender aos serviços do pacote de medidas econômicas disponibilizadas pelo banco, como:
 - pedido de renegociação de dívidas
 - renovação de contratos de Penhor
 - solicitação de pausa de parcelas de empréstimos comerciais e habitacionais
6. Por fim, informamos que a CAIXA intensificou para os seus clientes a divulgação dos serviços disponíveis nos canais digitais para atender de maneira ágil diversos tipos de demandas e evitar a procura pelas agências nesse momento.
 - 6.1. O aplicativo Caixa Tem, principal meio para os cidadãos realizar operações como gerar código (token) para permitir saque no ATM ou em lotéricas e correspondentes, bem como para realizarem transações de pagamento de boletos e transferências, está sendo constantemente aperfeiçoado e a última atualização traz uma sala de espera virtual para que o cliente tenha uma previsão de tempo para fazer sua operação.
 - 6.2. As informações dos principais serviços digitais da CAIXA estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.caixa.gov.br/atendimento/canais-digitais/Paginas/default.aspx>, como por exemplo:
 - Redes Sociais: a Caixa tira dúvidas pelo Facebook
 - Fale Conosco: para registro de elogios, dúvidas, sugestões e reclamações
 - Aplicativos Caixa: Auxílio, Emergencial, Bolsa Família, FGTS, Loterias, Habitação, Caixa Trabalhador, Cartões e Caixa Tem
 - 2ª via de boletos: emissão de forma rápida, prática e sem sair de casa
 - Internet Banking: para consultas, pagamentos, transferências, investimentos, simulações
 - Agência Digital: atendimento personalizado pelo telefone ou e-mail
 - Correspondente Caixa Aqui Digital: Um novo canal que oferece produtos e serviços com comodidade e segurança.
 - Gerenciador Caixa Empresas: gerenciamento dos pagamentos e recebíveis de forma centralizada em plataforma online

OUVIDORIA DA CAIXA
SAUS Quadra 3 - Bloco E
Ed. Matriz III – 8º andar – Ala Norte
CEP 70.070-030 – Brasília – DF

7. A CAIXA agradece mais uma vez a parceria desse respeitável Órgão de Defesa do Consumidor na disseminação de informações de interesse público e continua à disposição para outros esclarecimentos que forem necessários.

Atenciosamente

PAULO ROBERTO
MENEZES DOS
SANTOS:90493117172

Assinado de forma digital por
PAULO ROBERTO MENEZES
DOS SANTOS:90493117172
Dados: 2020.05.13 18:31:04
-03'00'

Paulo Roberto Menezes dos Santos
Gerente Executivo
Ouvidoria da CAIXA

JEAN RODRIGUES
BENEVIDES:38257343
587

Assinado de forma digital por JEAN
RODRIGUES
BENEVIDES:38257343587
Dados: 2020.05.13 19:19:14 -03'00'

Jean Benevides Rodrigues
Ouvidor

AUTO DE INFRAÇÃO: 087/2019

FORNECEDOR: BANCO BRADESCO S/A

DECISÃO ADMINISTRATIVA

1. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado por auto de infração n.º 001/2019, lavrado por agente da Divisão da Fiscalização desta **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor**, conforme disposto nos arts. 33, III do Decreto Federal N.º 2.187/97, em desfavor do Fornecedor **BANCO BRADESCO S.A – Agência 185**, sito na Rua Guarani, n.º 261, Centro, na Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.

Em 11 de março de 2019, o fiscal mediante denúncia, esteve na agência do fornecedor e acompanhou o atendimento da consumidora, Sra. Ediane, que se postou na fila às 13h: 19min. e até às 14h:00min., não havia sido atendida. A consumidora ficou esperando atendimento por mais de 20 ou 30 minutos, ultrapassando o tempo estabelecido como razoável pelo artigo 1º, parágrafo primeiro da Lei 13.400/01.

Tempestivamente defendeu-se o autuado, conforme impugnação de fls. 03 à 06 dos autos.

Alega a tempestividade da impugnação apresentada.

De forma preliminar, alega que a Lei Estadual que determina a obrigação de atender seus clientes em tempo razoável, viola norma constitucional, na medida de que legisla sobre matéria de competência exclusiva da União Federal.



PROCON
PATO BRANCO

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON – PATO BRANCO



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

As normas constitucionais a respeito ditam que compete a União Federal dispor sobre a política do trabalho, impor seus regramentos específicos, uma vez que as normas trabalhistas devem ser idênticas para todo o território nacional, e, em consequência, organizar o sistema de emprego, bem como, as condições para exercício das profissões, no caso em exame, a de bancário.

Alegou, também, que a ocorrência foi incomum, salientando que no dia 11/03/2019 foi um dia atípico, posto que, se tratava do 5.º dia útil do mês, data de pagamento de inúmeros funcionários e servidores. Neste particular, destaca-se, que o autuado faz o possível para que seus usuários se informem e aprendam como utilizar os vários serviços disponíveis (internet banking, mobile banking, fone fácil, etc), inclusive para facilitar a prestação do serviço prestado, otimizando o tempo e concedendo um leque mais amplo de alternativas para realizar as operações que desejam.

Embora, o autuado forneça todos os meios alternativos de prestação de serviços, por vezes, não é utilizado pelos usuários, o que provoca a sobrecarga de atendimento em um só ponto, como nos caixas da agência, por exemplo.

O autuado ainda informa possuir número adequado de funcionários no auto-atendimento, a agência possui canais alternativos de atendimento, quais sejam: caixas eletrônicos, atendimento por meio de internet e telefone (fone-fácil). Há também guia de facilidades Bradesco (internet), o qual foi criado com o objetivo de facilitar a vida dos clientes e usuários, visando sempre dar agilidade e a comodidade àqueles que usufruem dos serviços bancários, não precisando se deslocar até a agência.

No caso específico da Sra. Ediane, a mesma possui meios alternativos à sua disposição para realizar pagamentos, mas preferiu aguardar na fila realizando operações simples (pagamentos) os quais poderiam ter sido realizados diretamente no caixa de auto-atendimento. Inclusive, alguns dos pagamentos realizados sequer precisariam ser realizados em casa bancária, já que alguns informam expressamente que poderiam ser realizados diretamente em lotéricas.

Ao fim, destacam que no dia da fiscalização perpetrada (11.03.2019) não se tratava de um dia corriqueiro, pois o fluxo de pessoas era mais intenso que o normal em virtude de ser uma segunda-feira, quinto dia útil do mês e pós feriado de carnaval, gerando um volume extraordinário de usuários no atendimento. Além disso, se tratava de período de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS, bem como, impostos e taxas (IPVA, FGTS, DAREs e etc. Período também, de pagamento de folhas das empresas (que ocorre geralmente até o

15



**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO**



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

quinto dia útil de cada mês, sem prejuízo, ainda, de outros vencimentos para liquidação de compromissos de correntistas e não correntistas.

Devido a isso, requerem a improcedência do presente auto de infração, pois o banco atuado vem cumprindo com todas as determinações legais, prestando serviços de forma adequada, eficiente, sobretudo no que atine ao atendimento de clientes bancários.

Requerem ao fim, o acatamento da defesa apresentada e o arquivamento do auto de infração.

Com vista os autos para decisão. É, essencialmente, o relato.

Passo a decidir.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Passo, pois, ao julgamento administrativo do fato ocorrido com base no Código de Defesa do Consumidor e no Decreto 2.181/97. O argumento de inconstitucionalidade da Lei Estadual 13.400/2001 não prospera, senão vejamos:

O processo administrativo tramitou escorreitamente nos termos exigidos pela cláusula constitucional do *due process of law*, não havendo qualquer vício que possa conspurcá-lo formalmente, especialmente ante as garantias da ampla defesa e contraditório.

De início, esse órgão rejeita a preliminar apresentada com os seguintes fundamentos:

Analisando o teor da Lei 13.400/2001, verificamos que o texto trata de prazo de atendimento ao consumidor, matéria totalmente diversa daquela cuja competência legislativa é exclusiva da União, que diz respeito a normatização da atividade bancária. Referidas legislações procuram tutelar a dignidade do ser humano, não invadindo matéria de competência exclusiva da União.

Constata-se que a Lei Estadual 13.400/2001, que trata do tempo máximo de atendimento ao cliente de 20 minutos ou 30 minutos em dias atípicos, igualmente não invade matéria de competência exclusiva da União, pois não trata da atividade bancária, mas sim regulamenta a prestação de um serviço, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor.

16



PROCON
PATO BRANCO

**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO**



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

O próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu a prerrogativa do Município para dispor sobre matérias que digam respeito à segurança e aos direitos dos consumidores em serviços bancários, consagrando-a através da Súmula 266:

“É constitucional a lei municipal que estipula tempo máximo de espera para atendimento em agência bancária situada dentro dos limites do Município, desde que obedecido o princípio da razoabilidade. Inteligência dos arts. 24, V e VIII, e 30, I e II, da CF”.

Portanto, a Lei Estadual 13.400/2001 é constitucional, eficaz e revela-se absolutamente razoável, sendo inquestionável a prática perpetrada pelo infrator por não atender o consumidor no prazo de 20 minutos ou 30 minutos.

Além do que, alegar qualquer inconstitucionalidade de leis, deverá ser feito por instrumento próprio, não sendo o PROCON, órgão executivo, a declarar ou aceitar os argumentos de que a Lei 13.400/2001 está em desacordo com a Constituição Federal.

Consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “por haver evidente interesse local, é dado ao Município legislar sobre o funcionamento em instituições bancárias, nos termos do artigo 30, I, da, CF”, conforme se lê do seguinte precedente:

“CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEIS NºS 3.533/01, 3.273/99, 3.213/99, 3.663/01, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FUNCIONAMENTO INTERNO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS. MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO.

1. Trata-se de incidente de inconstitucionalidade das Leis Estaduais nºs 3.533/01, 3.273/99, 3.213/99, 3.663/01, que determinam a colocação de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos, a instalação de banheiros e bebedouros para atendimento aos clientes, a disponibilização de cadeira de rodas para atendimento ao idoso e a adoção de medidas de segurança em favor de consumidores usuários de caixas eletrônicos nas agências bancárias situadas no Estado do Rio de Janeiro.
2. As matérias tratadas nos referidos textos legais dizem respeito ao funcionamento interno das agências bancárias e, por conseguinte, às

17



PROCON
PATO BRANCO

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON – PATO BRANCO



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

atividades-meio dessas instituições, no intuito de amparar o consumidor, propiciando-lhe um melhor espaço físico e um tratamento mais respeitoso e humanitário.

3. Trata-se, portanto, de questões de evidente interesse local, cuja competência legislativa é do Município, por força do disposto no artigo 30, I, da Constituição Federal, e não do Estado, a quem é vedado implicitamente normatizar matérias expressamente afetas a outros entes públicos pela Constituição Federal.

4. Nesse sentido é a lição de Alexandre de Moraes (in Direito Constitucional, 23ª Edição, 2008, pag. 306): "A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30)".

5. Seguindo a mesma linha de entendimento firmada pelo STF, a jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de que, por haver evidente interesse local, é dado ao Município legislar sobre o funcionamento em instituições bancárias, nos termos do artigo 30, I, da CF. Precedentes: AgRg no REExt 427.463-RO, Rel. Min. Eros Grau, DJ 19.5.2006; AgRg no AI 347.717/RS, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 5.8.2005; REsp 711.918/RS, Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, DJ 13.2.2008; REsp 943.034 Rel. Min. Luiz Fux, DJ 23.10.2008; (REsp 471.702/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 16.08.2004, e REsp nº 598.183/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, DJ de 27.11.2006.

6. É de se concluir que o Estado do Rio de Janeiro não tinha competência para legislar sobre o atendimento ao público no interior de agências bancárias que, por se tratar de questão vinculada a interesse local, é do Município.

7. Arguição de inconstitucionalidade acolhida."

(AI no RMS 28.910/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/03/2012, DJe 08/05/2012) (grifou-se)

18



**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO**



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

Reconhecendo, ainda, a possibilidade de fixação de prazo de atendimento por lei municipal, já decidiu o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. BANCOS E LEI MUNICIPAL. FIXAÇÃO DE HORÁRIO RAZOÁVEL DE ATENDIMENTO. INTERESSE LOCAL. ART. 30, I, CF/88. Não interferindo a lei municipal com a contratação de empregados, nem assumindo ingerência relativamente ao horário de prestação de trabalho e de funcionamento das agências bancárias, ao prever ela razoável prazo de atendimento dos usuários apenas cuidou de interesse local, quanto ao que inegável a competência legislativa dos municípios (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70007570534, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 07/06/2004)

E também o Supremo Tribunal Federal:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGÊNCIAS BANCÁRIAS. TEMPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO. ART. 30, I, CF/88. 1. Ao legislar sobre o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias estabelecidas em seu território, o município exerceu competência a ele atribuída pelo artigo 30, I, da CB/88. 2. Matéria de interesse local. Agravo regimental improvido. (RE-AgR 367192 / PB – PARAÍBA. Relator(a): Min. EROS GRAU - Julgamento: 04/04/2006. Órgão Julgador: Segunda Turma. Publicação: DJ 05-05-2006)."

Ressalta-se, ainda, que não cabe ao PROCON verificar se há violação dos princípios da isonomia e da razoabilidade, eis que a lei existe e está plenamente em vigor, cabendo ao órgão executá-la em todo seu teor.

O Código de Defesa do Consumidor é norma de ordem pública e de interesse social, conforme regra inserta nos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V da Constituição Federal, artigo 48 das Disposições Transitórias e artigos 1º, 7º, dentre outros, do Código de defesa do Consumidor.

Assim sendo, verificada relação de consumo, é indispensável a verificação das normas de proteção e defesa do Consumidor, Lei 8.078/90, regulamentada pelo Decreto nº

19



COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

2.181/097, que estabelece entre outras normas, normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei acima citada (Código de Defesa do Consumidor).

Não prospera a alegação do fornecedor da inconstitucionalidade da Lei estadual aplicada no caso em tela, pois, o art. 55, caput, estabelece que *“a União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas, à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços”*.

Neste mesmo sentido, o parágrafo primeiro da Lei nº 8.078/90 dispõe que a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão as relações de consumo, visando o bem estar do consumidor. Os artigos 4º e 5º do Decreto Federal nº 2.181/97 asseguram à esta Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor a competência para fiscalizar e punir infrações à legislação das relações de consumo.

No caso em tela, tratar da prestação de serviços de forma adequada e eficaz, como o atendimento rápido e adequado aos consumidores, por parte das Instituições Bancárias, é de interesse de toda a coletividade, sendo que o enfoque dado pela Lei 13.400/01 e 14.956/05 não está a disciplinar a atividade fim da instituição financeira ou Sistema Financeiro Nacional.

Ademais, a autuada informa que disponibiliza meios alternativos de atendimento aos seus usuários, porém, isso em nada diminui sua responsabilidade em cumprir aquela Lei Municipal/Estadual, posto que o cliente escolha optar para os meios convencionais de atendimento, e a Autuada não poder recusar seu atendimento em virtude desses “canais” alternativos, ou então superar o tempo limite de atendimento permitido na Lei.

Não é porque o autuado trabalha com sua “bateria completa” de caixas e correspondentes bancários, que pode superar o tempo limite de espera do consumidor em fila. O Autuado tem como obrigação legal, o cumprimento do tempo limite de espera em fila para atendimento, bem como, se organizar e melhorar seus serviços, evitando o grande volume de atendimentos em dias após feriados ou no 5.º dia útil de cada mês. Considerando que, essas datas são sempre divulgadas previamente pelo Ministério do Planejamento do governo federal.

Verifica-se, ainda, que a má prestação de serviços bancários com a designação de pessoal insuficiente para permitir o atendimento ao consumidor de forma rápida e eficiente provoca riscos à saúde. Evidente que, ao submeter o consumidor a permanecer, em pé, em filas intermináveis, por horas, impõem aos usuários, desconforto, prejuízo e constrangimento físico e emocional. E, na qualidade de fornecedores de serviços, os bancos têm o dever de protegê-lo. Não é outra a dicção do art. 6º, inciso I, do CDC, senão vejamos:

"Art. 6º – São direitos básicos do consumidor:

I – a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos".

Essa preocupação do legislador com a saúde do consumidor é tão relevante que aparece ainda no art. 8º, do mesmo Diploma legal, que dispõe:

"Art. 8º – Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou à segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito."

Agiu, portanto, a instituição financeira, ora autuada, com enorme desrespeito para com os cidadãos desta cidade, devendo ser punida pelo descumprimento da Lei.

3. CONCLUSÃO

Com base no acima exposto, verifica-se infração aos artigos 1º, parágrafo primeiro e artigo 2º da Lei 13.400/01, este último alterado pela Lei 14.956/05, em seu artigo 1º, Portaria PROCON PR n.º 05/2017 e 06/2018, julgando-se **SUBSISTENTE** o Auto de Infração n.º 087/2019, aplicando-se a penalidade de multa.

Assim, em face do exposto, considerando que o Auto de Infração n.º 087/2019 atende a todos os requisitos do Decreto Federal n.º 2.181/97, sendo observados os critérios estatuidos pelo artigo 2º "caput" e inciso I da Lei 14.956/05 e Portarias PROCON PR n.º 05/2017 e 06/2018 que regula o procedimento para a fixação e dosimetria de multas:

Fixa-se a pena base, no valor de R\$ 619,82 (seiscentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos), de acordo com o artigo 57 do CDC, devendo considerar o valor mantido de mínimo e máximo, incluindo a atualização conforme o IPCA-e.



**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO**



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

A considerar que a infração cometida se insere no GRUPO I; que a referida infração gera a obtenção de vantagem não quantificável e a sua receita bruta não foi informada pelo infrator, considerando-se o autuado como Grande Empresa por estimativa, possuindo agravante inserida no inciso VI do artigo 26 do Decreto Federal 2181/1997, fixa-se a pena definitiva em **R\$ 54.544,16 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos)**, tornando-a definitiva à míngua de outras cautelas.


Diante do exposto, determina-se a notificação do fornecedor, na forma legal, para que recolha, à conta do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, o valor da multa arbitrada.

Na ausência de recurso, ou no caso de improvimento, caso não verificado o recolhimento da multa no prazo de 30 dias contados do trânsito em julgado da decisão, proceda-se à inscrição do débito em dívida ativa, pelo PROCON Municipal, para posterior cobrança, com juros e demais acréscimos legais, na forma do art. 55 do Decreto Federal 2.181/97.

Após ser tornada definitiva a decisão, com o trânsito em julgado, proceda-se à inscrição da infratora no cadastro de Fornecedores do PROCON Municipal, nos termos do art. 44 Do Código de Defesa do Consumidor.

Intime-se,
Cumpra-se,
É a decisão.

Pato Branco, 26 de junho de 2019


Alessandra Botelho Elias dos Santos
Diretora PROCON/Pato Branco-PR
OAB/PR 26.052

09



**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO**



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

AUTO DE INFRAÇÃO: 088/2019

FORNECEDOR: BANCO BRADESCO S/A

DECISÃO ADMINISTRATIVA

1. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado por auto de infração nº 088/2019, lavrado por agente da Divisão da Fiscalização desta **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor**, conforme disposto nos arts. 33, III do Decreto Federal Nº 2.187/97, em desfavor do Fornecedor **BANCO BRADESCO S.A – Agência 3283**, sito na Rua Guarani, n.º 261, Centro, na Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.

Em 11 de março de 2019, o fiscal mediante denúncia, esteve na agência do autuado e acompanhou o atendimento de uma consumidora, que se postou na fila às 13h: 00min e atendida somente às 14h: 15min. A consumidora ficou esperando atendimento por mais de 20 ou 30 minutos, ultrapassando o tempo estabelecido como razoável pelo artigo 1º, parágrafo primeiro da Lei 13.400/01.

Tempestivamente defendeu-se o autuado, conforme impugnação de fls. 03 à 05 dos autos.

De forma preliminar, alega que a Lei Estadual que determina a obrigação de atender seus clientes em tempo razoável, viola norma constitucional, na medida de que legisla sobre matéria de competência exclusiva da União Federal.

As normas constitucionais a respeito ditam que compete a União Federal dispor sobre a política do trabalho, impor seus regramentos específicos, uma vez que as normas trabalhistas devem ser idênticas para todo o território nacional, e, em consequência, organizar o sistema de emprego, bem como, as condições para exercício das profissões, no caso em exame, a de bancário.

No mérito, o autuado informa que fornece todos os meios alternativos de prestação de serviços, por vezes, não é utilizado pelos usuários, o que provoca a sobrecarga de atendimento em um só ponto, como nos caixas da agência, por exemplo.



PROCON
PATO BRANCO

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON – PATO BRANCO



Rua Luiz Favrelo, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

O autuado ainda informa possuir número adequado de funcionários no auto-atendimento, a agência possui canais alternativos de atendimento, quais sejam: caixas eletrônicas, atendimento por meio de internet e telefone (fone-fácil). Há também guia de facilidades Bradesco (internet), o qual foi criado com o objetivo de facilitar a vida dos clientes e usuários, visando sempre dar agilidade e a comodidade àqueles que usufruem dos serviços bancários, não precisando se deslocar até a agência.

Devido a isso, requerem a improcedência do presente auto de infração, pois o banco autuado vem cumprindo com todas as determinações legais, prestando serviços de forma adequada, eficiente, sobretudo no que atine ao atendimento de clientes bancários.

Requerem ao fim, o acatamento da defesa apresentada e o arquivamento do auto de infração.

Com vista os autos para decisão. É, essencialmente, o relato.

Passo a decidir.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Passo, pois, ao julgamento administrativo do fato ocorrido com base no Código de Defesa do Consumidor e no Decreto 2.181/97. O argumento de inconstitucionalidade da Lei Estadual 13.400/2001 não prospera, senão vejamos:

O processo administrativo tramitou escorreitamente nos termos exigidos pela cláusula constitucional do *due process of law*, não havendo qualquer vício que possa conspurcá-lo formalmente, especialmente ante as garantias da ampla defesa e contraditório.

De início, esse órgão rejeita a preliminar apresentada com os seguintes fundamentos:

Analisando o teor da Lei 13.400/2001, verificamos que o texto trata de prazo de atendimento ao consumidor, matéria totalmente diversa daquela cuja competência legislativa é exclusiva da União, que diz respeito a normatização da atividade bancária. Referidas legislações procuram tutelar a dignidade do ser humano, não invadindo matéria de competência exclusiva da União.



PROCON
PATO BRANCO

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

Constata-se que a Lei Estadual 13.400/2001, que trata do tempo máximo de atendimento ao cliente de 20 minutos ou 30 minutos em dias atípicos, igualmente não invade matéria de competência exclusiva da União, pois não trata da atividade bancária, mas sim regulamenta a prestação de um serviço, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor.

O próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu a prerrogativa do Município para dispor sobre matérias que digam respeito à segurança e aos direitos dos consumidores em serviços bancários, consagrando-a através da Súmula 266:

“É constitucional a lei municipal que estipula tempo máximo de espera para atendimento em agência bancária situada dentro dos limites do Município, desde que obedecido o princípio da razoabilidade. Inteligência dos arts. 24, V e VIII, e 30, I e II, da CF”.

Portanto, a Lei Estadual 13.400/2001 é constitucional, eficaz e revela-se absolutamente razoável, sendo inquestionável a prática perpetrada pelo infrator por não atender o consumidor no prazo de 20 minutos ou 30 minutos.

Além do que, alegar qualquer inconstitucionalidade de leis, deverá ser feito por instrumento próprio, não sendo o PROCON, órgão executivo, a declarar ou aceitar os argumentos de que a Lei 13.400/2001 está em desacordo com a Constituição Federal.

Consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “por haver evidente interesse local, é dado ao Município legislar sobre o funcionamento em instituições bancárias, nos termos do artigo 30, I, da CF”, conforme se lê do seguinte precedente:

“CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEIS NºS 3.533/01, 3.273/99, 3.213/99, 3.663/01, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FUNCIONAMENTO INTERNO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS. MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO.



PROCON
PATO BRANCO

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

1. Trata-se de incidente de inconstitucionalidade das Leis Estaduais n.ºs 3.533/01, 3.273/99, 3.213/99, 3.663/01, que determinam a colocação de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos, a instalação de banheiros e bebedouros para atendimento aos clientes, a disponibilização de cadeira de rodas para atendimento ao idoso e a adoção de medidas de segurança em favor de consumidores usuários de caixas eletrônicos nas agências bancárias situadas no Estado do Rio de Janeiro.
2. As matérias tratadas nos referidos textos legais dizem respeito ao funcionamento interno das agências bancárias e, por conseguinte, às atividades-meio dessas instituições, no intuito de amparar o consumidor, propiciando-lhe um melhor espaço físico e um tratamento mais respeitoso e humanitário.
3. Trata-se, portanto, de questões de evidente interesse local, cuja competência legislativa é do Município, por força do disposto no artigo 30, I, da Constituição Federal, e não do Estado, a quem é vedado implicitamente normatizar matérias expressamente afetas a outros entes públicos pela Constituição Federal.
4. Nesse sentido é a lição de Alexandre de Moraes (in Direito Constitucional, 23ª Edição, 2008, pag. 306): "A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30)".
5. Seguindo a mesma linha de entendimento firmada pelo STF, a jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de

13



PROCON
PATO BRANCO

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

que, por haver evidente interesse local, é dado ao Município legislar sobre o funcionamento em instituições bancárias, nos termos do artigo 30, I, da, CF. Precedentes: AgRg no RExt 427.463-RO, Rel. Min. Eros Grau, DJ 19.5.2006; AgRg no AI 347.717/RS, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 5.8.2005; REsp 711.918/RS, Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, DJ 13.2.2008; REsp 943.034 Rel. Min. Luiz Fux, DJ 23.10.2008; (REsp 471.702/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 16.08.2004, e REsp nº 598.183/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, DJ de 27.11.2006.

6. É de se concluir que o Estado do Rio de Janeiro não tinha competência para legislar sobre o atendimento ao público no interior de agências bancárias que, por se tratar de questão vinculada a interesse local, é do Município.

7. Arguição de inconstitucionalidade acolhida.”

(AI no RMS 28.910/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/03/2012, DJe 08/05/2012) (grifou-se)

Reconhecendo, ainda, a possibilidade de fixação de prazo de atendimento por lei municipal, já decidiu o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. BANCOS E LEI MUNICIPAL. FIXAÇÃO DE HORÁRIO RAZOÁVEL DE ATENDIMENTO. INTERESSE LOCAL. ART. 30, I, CF/88. Não interferindo a lei municipal com a contratação de empregados, nem assumindo ingerência relativamente ao horário de prestação de trabalho e de funcionamento das agências bancárias, ao prever ela razoável prazo de atendimento dos usuários apenas cuidou de interesse local, quanto ao que inegável a competência legislativa dos municípios (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº



PROCON
PATO BRANCO

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

70007570534, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS,
Relator: Leo Lima, Julgado em 07/06/2004)

E também o Supremo Tribunal Federal:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO. AGÊNCIAS BANCÁRIAS.
TEMPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.
COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO. ART. 30, I, CF/88. 1.
Ao legislar sobre o tempo de atendimento ao público nas
agências bancárias estabelecidas em seu território, o
município exerceu competência a ele atribuída pelo artigo
30, I, da CB/88. 2. Matéria de interesse local. Agravo
regimental improvido. (RE-AgR 367192 / PB – PARAÍBA.
Relator(a): Min. EROS GRAU - Julgamento: 04/04/2006.
Órgão Julgador: Segunda Turma. Publicação: DJ 05-05-
2006)."**

Ressalta-se, ainda, que não cabe ao PROCON verificar se há violação dos princípios da isonomia e da razoabilidade, eis que a lei existe e está plenamente em vigor, cabendo ao órgão executá-la em todo seu teor.

O Código de Defesa do Consumidor é norma de ordem pública e de interesse social, conforme regra inserta nos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V da Constituição Federal, artigo 48 das Disposições Transitórias e artigos 1º, 7º, dentre outros, do Código de defesa do Consumidor.

Assim sendo, verificada relação de consumo, é indispensável a verificação das normas de proteção e defesa do Consumidor, Lei 8.078/90, regulamentada pelo Decreto nº 2.181/097, que estabelece entre outras normas, normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei acima citada (Código de Defesa do Consumidor).

Não prospera a alegação do fornecedor da inconstitucionalidade da Lei estadual aplicada no caso em tela, pois, o art. 55, caput, estabelece que "*a União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação*

15



PROCON
PATO BRANCO

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON – PATO BRANCO



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

administrativa, baixarão normas relativas, à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços”.

Neste mesmo sentido, o parágrafo primeiro da Lei nº 8.078/90 dispõe que a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão as relações de consumo, visando o bem estar do consumidor. Os artigos 4º e 5º do Decreto Federal nº 2.181/97 asseguram à esta Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor a competência para fiscalizar e punir infrações à legislação das relações de consumo.

No caso em tela, tratar da prestação de serviços de forma adequada e eficaz, como o atendimento rápido e adequado aos consumidores, por parte das Instituições Bancárias, é de interesse de toda a coletividade, sendo que o enfoque dado pela Lei 13.400/01 e 14.956/05 não está a disciplinar a atividade fim da instituição financeira ou Sistema Financeiro Nacional.

Ademais, no mérito, o autuado informa que disponibiliza meios alternativos de atendimento aos seus usuários, porém, isso em nada diminui sua responsabilidade em cumprir aquela Lei Municipal/Estadual, posto que, o cliente ou usuário tem o direito de optar para os meios convencionais de atendimento, e o autuado não pode recusar seu atendimento em virtude desses “canais” alternativos, ou então superar o tempo limite de atendimento permitido na Lei.

Não é porque o autuado trabalha com sua “bateria completa” de caixas e correspondentes bancários, que pode superar o tempo limite de espera do consumidor em fila. O Autuado tem como obrigação legal, o cumprimento do tempo limite de espera em fila para atendimento, bem como, se organizar e melhorar seus serviços, evitando o grande volume de atendimentos em dias após feriados ou no 5.º dia útil de cada mês. Considerando que, essas datas são sempre divulgadas previamente pelo Ministério do Planejamento do governo federal.

Verifica-se, ainda, que a má prestação de serviços bancários com a designação de pessoal insuficiente para permitir o atendimento ao consumidor de forma rápida e eficiente provoca riscos à saúde. Evidente que, ao submeter o consumidor a permanecer, em pé, em filas intermináveis, por horas, impõem aos usuários, desconforto, prejuízo e constrangimento físico e emocional. E, na qualidade de fornecedores de serviços, os bancos têm o dever de protegê-lo. Não é outra a dicção do art. 6º, inciso I, do CDC, senão vejamos:

16



**COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR
PROCON – PATO BRANCO**



Rua Luiz Favreto, n.º 10 – sala 07 – Edifício Rio Madeira – Centro — fone
(46) 3902-1289 – fax 3902-1281
E-mail: procon@patobranco.pr.gov.br

"Art. 6º – São direitos básicos do consumidor:

I – a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos".

Essa preocupação do legislador com a saúde do consumidor é tão relevante que aparece ainda no art. 8º, do mesmo Diploma legal, que dispõe:

"Art. 8º – Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou à segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito."

Ressalta-se que, as duas agências do autuado situadas nessa cidade, possuíam consumidores em grande fila nos caixas convencionais, causando desrespeito e danos às pessoas. O fato é repetitivo e em nossa cidade e isso deve ser considerado na aplicação da sanção como infração grave.

Agiu, portanto, a instituição financeira, ora autuada, com enorme desrespeito para com os cidadãos desta cidade, devendo ser punida pelo descumprimento da Lei.

3. CONCLUSÃO

Com base no acima exposto, verifica-se infração aos artigos 1º, parágrafo primeiro e artigo 2º da Lei 13.400/01, este último alterado pela Lei 14.956/05, em seu artigo 1º, Portaria PROCON PR n.º 05/2017 e 06/2018, julgando-se **SUBSISTENTE** o Auto de Infração nº 088/2019, aplicando-se a penalidade de multa.

Assim, em face do exposto, considerando que o Auto de Infração nº 088/2019 atende a todos os requisitos do Decreto Federal nº 2.181/97, sendo observados os critérios estatuídos

pelo artigo 2º “caput” e inciso I da Lei 14.956/05 e Portarias PROCON PR n.º 05/2017 e 06/2018 que regula o procedimento para a fixação e dosimetria de multas:

Fixa-se a pena base, no valor de R\$ 619,82 (seiscentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos), de acordo com o artigo 57 do CDC, devendo considerar o valor mantido de mínimo e máximo, incluindo a atualização conforme o IPCA-e.

A considerar que a infração cometida se insere no GRUPO I; que a referida infração gera a obtenção de vantagem não quantificável e a sua receita bruta não foi informada pelo infrator, considerando-se o autuado como Grande Empresa por estimativa, possuindo agravante inserida no inciso VI do artigo 26 do Decreto Federal 2181/1997, fixa-se a pena definitiva em R\$ 54.544,16 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos), tornando-a definitiva à míngua de outras cautelas.

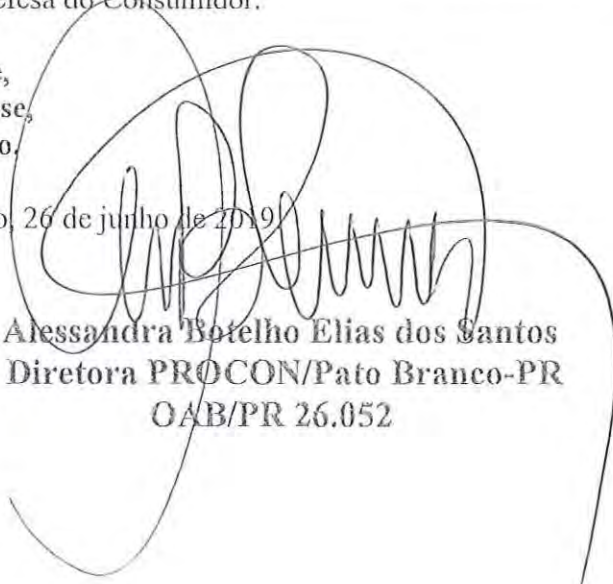
Diante do exposto, determina-se a notificação do fornecedor, na forma legal, para que no prazo de 10 dias recolha à conta do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, o valor da multa arbitrada.

Na ausência de recurso, ou no caso de improvimento, caso não verificado o recolhimento da multa no prazo de 30 dias contados do trânsito em julgado da decisão, proceda-se à inscrição do débito em dívida ativa, pelo PROCON Municipal, para posterior cobrança, com juros e demais acréscimos legais, na forma do art. 55 do Decreto Federal 2.181/97.

Após ser tornada definitiva a decisão, com o trânsito em julgado, proceda-se à inscrição da infratora no cadastro de Fornecedores do PROCON Municipal, nos termos do art. 44 Do Código de Defesa do Consumidor.

Intime-se,
Cumpra-se,
É a decisão.

Pato Branco, 26 de junho de 2019



Alessandra Botelho Elias dos Santos
Diretora PROCON/Pato Branco-PR
OAB/PR 26.052

Ofício Nº 050/2020

Pato Branco, em 12 de agosto de 2020

SENHOR PRESIDENTE

RESPOSTA AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Ofício nº 440/2020-DL – REQUERIMENTO Nº 1569/2020

- Requer ao Executivo Municipal informações sobre o Projeto de Lei nº 126/2020, de autoria do Executivo Municipal, que prorroga mandato dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, de que trata a Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pato Branco.

Visando dar atendimento ao ofício e requerimento supracitado, encaminhamos a cópia das atas que elegeram os membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores – PATOPREV.

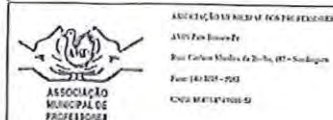
Documentos solicitados em anexo.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

**ADEMILSON CÂNDIDO SILVA****PRESIDENTE PATOPREV****Ao Exmo Senhor Moacir Gregolin**

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

Pato Branco - PR



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS PROFESSORES DE PATO BRANCO.

A presidente da Associação Municipal dos Professores de Pato Branco, no uso de suas atribuições estatutárias resolve convocar os/as associados/as a participarem da Assembleia Extraordinária a ser realizada no dia 17 de Junho de 2019, às 17h15 (dezoito horas e quinze minutos) em primeira convocação e às 17h30 (dezoito horas e vinte minutos) em segunda convocação, na sede da Associação Municipal dos Professores de Pato Branco localizada na Rua Castelo Branco da Rocha, nº 157, Bairro Samburano, no Município de Pato Branco, a fim de deliberar a cerca da seguinte pauta: 1) Eleições dos membros do Conselho Administrativo do PATO PREV; 2) Assuntos Gerais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA-PR

RUA Epitácio da Silva, 541 - Fone: (41) 3245-1130 e 3245-1132
CEP: 85510-000 - Honório Serpa - Paraná

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019

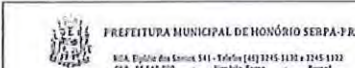
A Prefeitura Municipal de Honório Serpa - PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 28 de Maio de 2019 às 09h00min, o ato de abertura da proposta de licitação para aquisição de materiais de limpeza, para fins de manutenção da limpeza pública do município de Honório Serpa - PR, por meio de licitação de caráter econômico, conforme o Edital nº 001/2019, disponível no site da Prefeitura Municipal de Honório Serpa - PR, situada na Rua Epitácio da Silva, nº 541, centro, na cidade de Honório Serpa - PR.

De Poderes E Semelhante: O Desembasamento e a análise da Proposta e Habilitação deverão ser providenciadas no dia 28 de Maio de 2019, das 09h00min às 12h00min. Local de prestação e de entrega da proposta pública do pregoeiro: Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Honório Serpa - PR, situada na Rua Epitácio da Silva, nº 541, centro, na cidade de Honório Serpa - PR.

Na íntegra a descrição dos itens e o Departamento de Licitação, informações complementares através do telefone (41) 3245-1130 pelo e-mail: licitacao@honorioserpa.pr.gov.br

Honório Serpa, 16 de Maio de 2019

Luiz Otávio Guerra
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA-PR

RUA Epitácio da Silva, 541 - Fone: (41) 3245-1130 e 3245-1132
CEP: 85510-000 - Honório Serpa - Paraná

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

A Prefeitura Municipal de Honório Serpa - PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 31 de Maio de 2019 às 09h00min, o ato de abertura da proposta de licitação para aquisição de materiais de limpeza, para fins de manutenção da limpeza pública do município de Honório Serpa - PR, por meio de licitação de caráter econômico, conforme o Edital nº 002/2019, disponível no site da Prefeitura Municipal de Honório Serpa - PR, situada na Rua Epitácio da Silva, nº 541, centro, na cidade de Honório Serpa - PR.

De Poderes E Semelhante: O Desembasamento e a análise da Proposta e Habilitação deverão ser providenciadas no dia 31 de Maio de 2019, das 09h00min às 12h00min. Local de prestação e de entrega da proposta pública do pregoeiro: Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Honório Serpa - PR, situada na Rua Epitácio da Silva, nº 541, centro, na cidade de Honório Serpa - PR.

Na íntegra a descrição dos itens e o Departamento de Licitação, informações complementares através do telefone (41) 3245-1130 pelo e-mail: licitacao@honorioserpa.pr.gov.br

Honório Serpa, 16 de Maio de 2019

Luiz Otávio Guerra
Pregoeiro

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ
AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA E O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CORONEL VIVIDA. O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, daqui por diante denominado AUTORIZADOR, e o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CORONEL VIVIDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 75.616.391/0001-72, com sede no Município de Coronel Vivida, doravante denominado SINDICATO, neste ato representado pelo Presidente Sr. Edmar Roberto Borba, por diante denominado USUÁRIO, celebram, pelo presente, um termo de autorização de uso de bem público, mediante as seguintes condições: Cláusula Primeira - O presente termo de autorização de uso de bem público tem amparo legal no artigo 13, § 4º da Lei Orgânica Municipal. Cláusula Segunda - O AUTORIZADOR, O PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL DESCRITO ABAIXO, no local que está edificado o Agroshopping "Lote urbano nº 09 da quadra 33, conforme limites e confrontações descritas na matrícula imobiliária nº 14.216/1 do Registro de Imóveis de Coronel Vivida, área externa. Cláusula Terceira - O presente Termo de Autorização de Uso de Bem Público é lavrado para o fim específico de autorizar a utilização da área externa das Edificações do Agroshopping, no período



DECRETO Nº 12.011/19

Dispõe sobre a aprovação da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais da Clevelândia (REMUME).

JOSEMI JOSÉ GUELLER, Prefeito Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 1º da Lei nº 2.840/2011 e Resolução nº 004/2019 do Conselho Municipal de Saúde, DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais na Município de Clevelândia.

Art. 2º - A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) é uma lista de medicamentos básicos padronizados e disponíveis no Município de Clevelândia, que contém um total de 120 medicamentos em 108 formas farmacêuticas.

Art. 3º - Esta relação foi elaborada e revisada pelo Conselho de Família e Terapias (CFT) Municipal, que utilizou como base os levantamentos realizados de acordo com o levantamento de 7ª Regional de Saúde do Paraná (Relatório Regional de Medicamentos Essenciais - Clevelândia) - 33 de 11 de dezembro de 2018, que determinou a elaboração de uma lista de medicamentos essenciais e a criação de uma Comissão de Seleção de Medicamentos Essenciais, a qual, em 22 de novembro de 2018, realizou a reunião de trabalho para a elaboração das listas essenciais e municipais, segundo o perfil epidemiológico de cada local.

Art. 4º - A aprovação da REMUME terá validade na área de Saúde da Família, no âmbito do Município de Clevelândia, como também no âmbito da Prefeitura Municipal de Clevelândia.

Art. 5º - Fica aprovada a lista de medicamentos essenciais.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GOVERNE DO MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MAIO DE 2019.

JOSEMI JOSÉ GUELLER,

Prefeito Municipal

RAFAEL BARROSO,

Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO DO DECRETO Nº 12.011/19

Relação de Medicamentos por Ordem Alfabética

Nº	Denominação genérica	Concentração	Forma farmacêutica
1.	Acetato	20mg	Comprimido
2.	Acetato	20mg	Comprimido
3.	Acido acetilsalicílico	100mg	Comprimido
4.	Acido fólico	5mg	Solução oral
5.	Acido fólico	5mg	Comprimido
6.	Albúmina	400mg	Suspensão oral
7.	Albúmina	400mg	Comprimido
8.	Albúmina	400mg	Comprimido
9.	Albúmina	400mg	Comprimido
10.	Albúmina	400mg	Comprimido
11.	Albúmina	400mg	Comprimido
12.	Albúmina	400mg	Comprimido
13.	Albúmina	400mg	Comprimido
14.	Albúmina	400mg	Comprimido
15.	Albúmina	400mg	Comprimido
16.	Albúmina	400mg	Comprimido
17.	Albúmina	400mg	Comprimido
18.	Albúmina	400mg	Comprimido
19.	Albúmina	400mg	Comprimido
20.	Albúmina	400mg	Comprimido
21.	Albúmina	400mg	Comprimido
22.	Albúmina	400mg	Comprimido
23.	Albúmina	400mg	Comprimido
24.	Albúmina	400mg	Comprimido
25.	Albúmina	400mg	Comprimido
26.	Albúmina	400mg	Comprimido
27.	Albúmina	400mg	Comprimido
28.	Albúmina	400mg	Comprimido
29.	Albúmina	400mg	Comprimido
30.	Albúmina	400mg	Comprimido
31.	Albúmina	400mg	Comprimido
32.	Albúmina	400mg	Comprimido
33.	Albúmina	400mg	Comprimido
34.	Albúmina	400mg	Comprimido
35.	Albúmina	400mg	Comprimido
36.	Albúmina	400mg	Comprimido
37.	Albúmina	400mg	Comprimido
38.	Albúmina	400mg	Comprimido
39.	Albúmina	400mg	Comprimido
40.	Albúmina	400mg	Comprimido
41.	Albúmina	400mg	Comprimido
42.	Albúmina	400mg	Comprimido
43.	Albúmina	400mg	Comprimido
44.	Albúmina	400mg	Comprimido
45.	Albúmina	400mg	Comprimido
46.	Albúmina	400mg	Comprimido
47.	Albúmina	400mg	Comprimido
48.	Albúmina	400mg	Comprimido
49.	Albúmina	400mg	Comprimido
50.	Albúmina	400mg	Comprimido
51.	Albúmina	400mg	Comprimido
52.	Albúmina	400mg	Comprimido
53.	Albúmina	400mg	Comprimido
54.	Albúmina	400mg	Comprimido
55.	Albúmina	400mg	Comprimido
56.	Albúmina	400mg	Comprimido
57.	Albúmina	400mg	Comprimido
58.	Albúmina	400mg	Comprimido
59.	Albúmina	400mg	Comprimido
60.	Albúmina	400mg	Comprimido
61.	Albúmina	400mg	Comprimido
62.	Albúmina	400mg	Comprimido
63.	Albúmina	400mg	Comprimido
64.	Albúmina	400mg	Comprimido
65.	Albúmina	400mg	Comprimido
66.	Albúmina	400mg	Comprimido
67.	Albúmina	400mg	Comprimido
68.	Albúmina	400mg	Comprimido
69.	Albúmina	400mg	Comprimido
70.	Albúmina	400mg	Comprimido
71.	Albúmina	400mg	Comprimido
72.	Albúmina	400mg	Comprimido
73.	Albúmina	400mg	Comprimido
74.	Albúmina	400mg	Comprimido
75.	Albúmina	400mg	Comprimido
76.	Albúmina	400mg	Comprimido
77.	Albúmina	400mg	Comprimido
78.	Albúmina	400mg	Comprimido
79.	Albúmina	400mg	Comprimido
80.	Albúmina	400mg	Comprimido
81.	Albúmina	400mg	Comprimido
82.	Albúmina	400mg	Comprimido
83.	Albúmina	400mg	Comprimido
84.	Albúmina	400mg	Comprimido
85.	Albúmina	400mg	Comprimido
86.	Albúmina	400mg	Comprimido
87.	Albúmina	400mg	Comprimido
88.	Albúmina	400mg	Comprimido
89.	Albúmina	400mg	Comprimido
90.	Albúmina	400mg	Comprimido
91.	Albúmina	400mg	Comprimido
92.	Albúmina	400mg	Comprimido
93.	Albúmina	400mg	Comprimido
94.	Albúmina	400mg	Comprimido
95.	Albúmina	400mg	Comprimido
96.	Albúmina	400mg	Comprimido
97.	Albúmina	400mg	Comprimido
98.	Albúmina	400mg	Comprimido
99.	Albúmina	400mg	Comprimido
100.	Albúmina	400mg	Comprimido

101.	Albúmina	400mg	Comprimido
102.	Albúmina	400mg	Comprimido
103.	Albúmina	400mg	Comprimido
104.	Albúmina	400mg	Comprimido
105.	Albúmina	400mg	Comprimido
106.	Albúmina	400mg	Comprimido
107.	Albúmina	400mg	Comprimido
108.	Albúmina	400mg	Comprimido
109.	Albúmina	400mg	Comprimido
110.	Albúmina	400mg	Comprimido
111.	Albúmina	400mg	Comprimido
112.	Albúmina	400mg	Comprimido
113.	Albúmina	400mg	Comprimido
114.	Albúmina	400mg	Comprimido
115.	Albúmina	400mg	Comprimido
116.	Albúmina	400mg	Comprimido
117.	Albúmina	400mg	Comprimido
118.	Albúmina	400mg	Comprimido
119.	Albúmina	400mg	Comprimido
120.	Albúmina	400mg	Comprimido
121.	Albúmina	400mg	Comprimido
122.	Albúmina	400mg	Comprimido
123.	Albúmina	400mg	Comprimido
124.	Albúmina	400mg	Comprimido
125.	Albúmina	400mg	Comprimido
126.	Albúmina	400mg	Comprimido
127.	Albúmina	400mg	Comprimido
128.	Albúmina	400mg	Comprimido
129.	Albúmina	400mg	Comprimido
130.	Albúmina	400mg	Comprimido
131.	Albúmina	400mg	Comprimido
132.	Albúmina	400mg	Comprimido
133.	Albúmina	400mg	Comprimido
134.	Albúmina	400mg	Comprimido
135.	Albúmina	400mg	Comprimido
136.	Albúmina	400mg	Comprimido
137.	Albúmina	400mg	Comprimido
138.	Albúmina	400mg	Comprimido
139.	Albúmina	400mg	Comprimido
140.	Albúmina	400mg	Comprimido
141.	Albúmina	400mg	Comprimido
142.	Albúmina	400mg	Comprimido
143.	Albúmina	400mg	Comprimido
144.	Albúmina	400mg	Comprimido
145.	Albúmina	400mg	Comprimido
146.	Albúmina	400mg	Comprimido
147.	Albúmina	400mg	Comprimido
148.	Albúmina	400mg	Comprimido
149.	Albúmina	400mg	Comprimido
150.	Albúmina	400mg	Comprimido
151.	Albúmina	400mg	Comprimido
152.	Albúmina	400mg	Comprimido
153.	Albúmina	400mg	Comprimido
154.	Albúmina	400mg	Comprimido
155.	Albúmina	400mg	Comprimido
156.	Albúmina	400mg	Comprimido
157.	Albúmina	400mg	Comprimido
158.	Albúmina	400mg	Comprimido
159.	Albúmina	400mg	Comprimido
160.	Albúmina	400mg	Comprimido
161.	Albúmina	400mg	Comprimido
162.	Albúmina	400mg	Comprimido
163.	Albúmina	400mg	Comprimido
164.	Albúmina	400mg	Comprimido
165.	Albúmina	400mg	Comprimido
166.	Albúmina	400mg	Comprimido
167.	Albúmina	400mg	Comprimido
168.	Albúmina	400mg	Comprimido
169.	Albúmina	400mg	Comprimido
170.	Albúmina	400mg	Comprimido
171.	Albúmina	400mg	Comprimido
172.	Albúmina	400mg	Comprimido
173.	Albúmina	400mg	Comprimido
174.	Albúmina	400mg	Comprimido
175.	Albúmina	400mg	Comprimido
176.	Albúmina	400mg	Comprimido
177.	Albúmina	400mg	Comprimido
178.	Albúmina	400mg	Comprimido
179.	Albúmina	400mg	Comprimido
180.	Albúmina	400mg	Comprimido
181.	Albúmina	400mg	Comprimido
182.	Albúmina	400mg	Comprimido
183.	Albúmina	400mg	Comprimido
184.	Albúmina	400mg	Comprimido
185.	Albúmina	400mg	Comprimido
186.	Albúmina	400mg	Comprimido
187.	Albúmina	400mg	Comprimido
188.	Albúmina	400mg	Comprimido
189.	Albúmina	400mg	Comprimido
190.	Albúmina	400mg	Comprimido
191.	Albúmina	400mg	Comprimido
192.	Albúmina	400mg	Comprimido
193.	Albúmina	400mg	Comprimido
194.	Albúmina	400mg	Comprimido
195.	Albúmina	400mg	Comprimido
196.	Albúmina	400mg	Comprimido
197.	Albúmina	400mg	Comprimido
198.	Albúmina	400mg	Comprimido
199.	Albúmina	400mg	Comprimido
200.	Albúmina	400mg	Comprimido

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 115/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019
Região da Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93
OBJETO: Aquisição de veículos zero quilômetro novos/2019, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme descrições mínimas em edital e seus anexos.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
ABERTURA: Dia 29 de maio de 2019 às 14:00 horas.
PRAZO DE ENTREGA: 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado.
INFORMAÇÕES REFERENTES AO EDITAL: Na Secretaria de Administração - Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, à Rua Frei Vitor Benscheld, 708 - Centro - Saudade do Iguaçu-PR, telefone Nº (045) 3245-1165 ou pelo site: saudadedoiguazu.pr.gov.br/licitacoes de Saudade do Iguaçu, 16 de maio de 2019.
MAURO CESAR CENCI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DE LICITAÇÃO DE PORTARIA

nos dez dias do mês de julho de dois mil e dezoito, reuniram-se na sede da APP Sindicato para a assembleia de votação dos candidatos a membros do Conselho da Patoprev, assim sendo, foi realizada a primeira chamada às dezessete horas e trinta minutos e a segunda chamada às dezoito horas. A reunião começou com a saudação aos participantes e todas as autoridades presentes, logo em seguida foi lida a pauta da reunião: Eleição dos membros que farão parte dos conselhos da Patoprev; Patoprev. A presidente da Associação dos professores Analice Ragliose deu abertura e passou a palavra ao presidente da APP Sindicato, explicou a importância da criação desse fundo de gestão previdenciário público e como será importante ter professores fazendo parte dos Conselhos para a fiscalização dos valores para os aposentados e também como os membros possuem o direito de estarem juntos nesse processo. Falando da responsabilidade e da representação para o funcionalismo iniciou-se a votação, primeiramente foi questionado quem teria interesse em fazer parte desses Conselhos, nos cargos de presidente, vice e suplente de cada Conselho, ficando claro que a equipe gestora será composta por funcionários concursados. Após as candidaturas foi realizada a votação sendo eleitos pela maioria dos presentes a professora Edina professora da Escola Municipalilvereda, a professora Stefania, orientadora da Escola Municipal Olavo Bilac, a professora Analice pela APP Sindicato, a professora Elizete, como suplentes.

a professora Jusena da Escola Raso do Ilho, a professora Daniele, a professora Marlene, a professora Márcia. O presidente da APPSindicato explicou que as reuniões ocorrerão a cada dois anos, dando oportunidades as novas chegas. A eleição nesse ato ocorreu de forma democrática, espontânea e participativa. Foram discutidos após a eleição outros assuntos de interesse da categoria bem como as subidas de nível e aumentos salariais, assuntos esses que estão em negociações com o executivo municipal, o presidente da APPSindicato disse que irá procurar novamente o prefeito para obter as informações necessárias para repassar para a categoria. Também foi escolhido e eleito os membros para o Conselho Municipal de Educação, que assim foi representados pelas professoras: Joseli Teresinha Pereira, portadora do RG. 5581344-2 e CPF. nº 806059589-04 e Ana Lúcia Paolosa RG: nº 1912099 e CPF 018539279-29 sendo concluída a assembleia e assinada por mim Tania Maria dos Santos e os demais, encerramos a presente ata. *[Assinatura]*



ASSOCIAÇÃO
MUNICIPAL DE
PROFESSORES

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS PROFESSORES

AMP/Pato Branco-Pr

Rua: Caetano Manoel da Rocha, 187 - São Domingos

Fone: (46) 3225 - 9263

CNPJ: 80.871.874/0001-53



ASSOCIAÇÃO
MUNICIPAL DE
PROFESSORES

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS PROFESSORES

AMP/Pato Branco-Pr

Rua: Caetano Munhoz da Rocha, 187 - Samburanga

Fone: (46) 3225 - 9263

CNPJ: 80.871.874/0001-53

Lista de presença da assembleia realizada dia 10 de julho de 2018.

Nome	CPF	Assinatura
Núcia T. Colussi	410.614.970-20	Colussi
Nelson M. Sanches	401.640.630-72	Nelson Sanches
Edmo Rilyco Nery	4.021.795-9	Edmo
Luizane F. de Oliveira	033450779-06	Luizane
Luizian Valério	8.105.130-5	Luizian
S. D. S. S. Rosa	651873009-97	S. D. S. S. Rosa
Denise Maria P. Balm	10.481.957-7	Denise
Marcia C. D. Bogo Fiorentin	019515019-60	Marcia
Glaura Dallolmo		Glaura
Marcelo T. Mafra	4291438-0	Marcelo
Marinês P. P. C. Albani	4426321-1 R6	Marinês
Enzo R. Nêdio	4.333.404-02	Enzo
Roziane P. Kaminiski	4.532.820-1	Roziane
Otilio Otobon Guariz	706930110-20	Otilio
Isana Wladimir	64892808920	Isana
Wladimir P. Fekem	941190319-39	Wladimir
Carla M. D. D. D.	885.53234991	Carla
Carla M. D. D. D.	3.817.444-4	Carla
Leandro H. Maciel	697-472.969-34	Leandro
Tania M. dos Santos	843.918.719.04	Tania
Elizete M. F. Martins	418.220.207-30	Elizete
Cristiane Gilisli	030.661.789-78	Cristiane Gilisli
Paulo B. B. B.	036219089-29	Paulo B. B. B.
Joane M. V. Pegolim	565.774.86034	Joane M. V. Pegolim
Mauro Grigolin	837.369.440.04	Mauro
Rosângela Baldoni	757.248.049-72	Rosângela
Kellyn Lemos	076.557.369-52	Kellyn Lemos
Claudio S. Ferreira	855597259.00	Claudio S. Ferreira
Joseli T. Pereira	806059585-04	Joseli T. Pereira
Patricia F. Santana	193.262	Patricia
Rosana Vasconcelos Bollistini	029.468.079-35	Rosana



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO ESTADO DO
PARANÁ SERVIÇOS DE EXPEDIENTE/PROTOCOLO

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

NUMERO DO PROCESSO: 389688

Assunto : SEC ADM E FINANÇAS

Subassunto: SOLICITAÇÃO FAZ

No. Processo : 389688

Data Processo : 24/08/2018

Requerente : APP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO
PARANÁ - NÚCLEO PATO BR

Fone : 32255798

Identificador de processo (Internet) : QD9GQ3T

Assinatura do Requerente

PATO BRANCO - PARANÁ

HORA DO PROTOCOLO : 15:25:09

Agora você pode acompanhar seu Protocolo pela Internet acesse
www.patobranco.pr.gov.br no link Protocolo On-line.



Municípios do Núcleo
Sindical de Pato Branco

Bom Sucesso do Sul

Chopinzinho

Clevelândia

Coronel Domingos
Soares

Coronel Vivida

Honório Serpa

Itapejara D' Oeste

Manguerinha

Mariópolis

Palmas

Pato Branco

Reserva do Iguaçu

São João

Verê

Vitorino

APP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ
NÚCLEO SINDICAL DE PATO BRANCO

Rua *Silvio Vidal*, 720 - Fone (46)3225-5798 - FAX (46)3225-6271
CNPJ 76 693 225/0001-32

Of. 10/18

Pato Branco, 23 de agosto de 2018.

Assunto: Indicação Membros Conselho Fiscal e Administrativo PATOPREV

Prezado(a) Senhor(a)

Vimos por meio deste, encaminhar os indicados que irão
compor os Conselhos Fiscal e Administrativo do PATOPREV.

CONSELHO FISCAL

TITULAR : ELIZETE MARIA FILIPPINI MARTINS

RG: 4.922.277-7 CPF: 718.220.209-30 FONE: 98800-5936

SUPLENTE: MARLENE DE FATIMA RUBLO

RG: 4.025.021-2 CPF: 614.502.829-91 FONE: 99119-5287

CONSELHO ADMINISTRATIVO

TITULAR: ANA LICE PAGLIOSA

RG: 1.912.099 CPF: 018.539.279.29 FONE: 999298458

SUPLENTE: MARCIA CRISTINA DAL BOSCO FIORENTIN

RG: 5.696.147-0 CPF: 019.515.099-60 FONE: 99115-7049

Certos da atenção e pronta acolhida, aproveitamos a
oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos do nosso
respeito.

P/Vonessa

Ana Lice Pagliosa

Secretária de Assuntos Municipais
APP Sindicato Pato Branco

Ao

Exmo: Sr.

Adriano Giovanni Pagnoncelli

RH

Pato Branco -PR

Em Defesa da Escola Pública

ATA 02/2018

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se na sede da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, Núcleo Sindical Pato Branco os professores da Rede Municipal de Ensino para a realização da Assembleia Regional Extraordinária, convocada para as dezessete horas e trinta minutos em primeira convocação e às dezoito horas em segunda convocação. A assembleia foi iniciada com o presidente da entidade Sr. Everson José Lopes, que deu as boas vindas aos participantes, na sequência foi feita a leitura e aprovação do Edital de Convocação que constava a eleição dos membros para os Conselhos Fiscal e Administrativo da PATOPREV – Regime de Previdência Social do Município de Pato Branco, conforme consta na Lei Complementar Nº 74/2018. O presidente explanou sobre a importância de cada um dos conselhos, bem como, a necessidade dos mesmos contarem com a participação de servidores do município em suas composições. Na sequência a Prof. Ana Lice Pagliosa fez um breve relato sobre as discussões que antecederam a aprovação da Lei PATOPREV. Conforme prevê o Art. 74 cabe a APP-Sindicato a indicação de dois conselheiros titulares e dois suplentes para compor o Conselho Administrativo e com base no Art. 78, dois conselheiros titulares e dois suplentes para compor o Conselho Fiscal. Foi disponibilizado espaço para os professores presentes se candidatassem para concorrer através de voto, sendo que os mais votados seriam os titulares e na sequência os seus respectivos suplentes. Por consenso dos presentes, foram indicados os membros titulares e suplentes sem a necessidade de votação, sendo a composição conforme segue: **Conselho Administrativo Titular:** Ana Lice Pagliosa, RG: 1.912.099, CPF: 018.539.279-29, **Suplente:** Marcia Cristina Dal Bosco Fiorentin, RG: 5.696.147-0 e CPF: 019.515.099-60. Para o **Conselho fiscal Titular:** Elizete Maria Filippini Martins, RG: 4.922.277-7 CPF: 718.220.209-30 e **Suplente:** Marlene de Fatima Rublo, RG: 4.025.021-2 e CPF: 611.502.829-91. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que vai por mim assinada Joceli Terezinha Pereira, juntamente com a lista de presença abaixo. Pato Branco, 10 de julho de 2018.

Assembleia Municipal Extraordinária das/os Trabalhadoras/es em Educação Pública da Rede Municipal de Educação de Pato Branco, Paraná, realizada no dia 10/07/2018.

LISTA DE PRESENCAS

NOME	RG	ASSINATURA
Lucia Teresa Colussi	10.363.725-2	Colussi
Edina Fabiana Neres	4.021.795-9	Edina
Neusa Ana Sandri	6.392.606-0	Neusa Sandri
Luiziane P. de Oliveira	8.723.043-0	Luiziane
Sirion Kaloro	8.105.130-5	Sirion
Sida J. S. Roza	4.116.052-4	Sida
Denise Maria Balm	6.485.958-7	Denise
Glauca Dallolme		Glauca
Marle J. Mofra	4.291.438-0	Marle J. Mofra
Marcia M. Kehler	6.792.583-1	Marcia Kehler
Marcia C. D. B. Fiorentin	5.696.147-0	Marcia
Maínez P. P. C. Albani	4.426.321-1	Maínez
Leana Wodonos	4.560.727-5	Leana
Roziane P. Karimowski	4.532.820-1	Roziane
Stília Ostolan Guaz	3.972.570-3	Stília
Maria Inês Kerke	10.817.857-4	Maria Inês
Roseli Ab. Gossi	3.817.444-4	Roseli
Rosângela Zaniquie	5.143.757-8	Rosângela
Francielli J. Brummis mann	9.456.479-4	Francielli
Leana M. De An	6.855.323.449-1	Leana
Lea Aparecida Maciel	1.641.524-3	Lea
Teopomus M. G. Bernartti	3.205.288-6	Teopomus
Carminide Santi Klava	6.894.185-7	Carminide
Gláucia J. Pauthier	7.741.394-5	Gláucia J. Pauthier
Eliz M. Hippini Martins	4.922.277-7	Eliz
Cristiane Giladi	7.572.300-8	Cristiane Giladi
Silvana M. R. N. de Cavalho	7.186.132-5	Silvana



SOU MUNICIPAL E
TÔ NA LUTA!

Secretaria de Assuntos Municipais



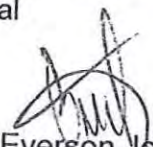
Assembleia Municipal Extraordinária das/os Trabalhadoras/es em Educação Pública da Rede Municipal de Educação de Pato Branco, Paraná, realizada no dia 10/07/2018.

LISTA DE PRESENÇAS

NOME	RG	ASSINATURA
Katlyn R. Ribeiro	10.818.393-0	Katlyn Ribeiro
Claudio Ferreira	5008873-8	Claudio Ferreira
Daniel F. Ferraz	88492595	Daniel Ferraz
Joseli S. Pereira	5581344-2	Joseli S. Pereira
Fátima L. Santana	193.262	Fátima
Joane M. R. Hegden	6.801.167-1	Joane M. R. Hegden
Dusana Vasconcelos Battistin	8.164.592-2	Dusana
João Siqueira	1.912.099	João

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA REGIONAL EXTRAORDINARIA

O presidente da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, Núcleo Sindical de Pato Branco, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os/as trabalhadores/as em educação sindicalizados/as para a Assembleia Regional Extraordinária dos Professores Municipais, a realizar-se no dia 10/07/2018, na sede da APP-Sindicato Núcleo Sindical de Pato Branco, sito a rua Dr. Silvio Vidal, 720 La Salle, em primeira convocação às 17h30 e em segunda as 18h, com a seguinte pauta: 1. PatoPREV, 2. Assuntos em Geral


Everson Jose Lopes
Presidente

ATA 01/2019

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, com primeira chamada às 17h30min e em segunda chamada às 17h45min, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os professores da Rede Municipal de Educação de Pato Branco, para discutir pauta referente à categoria. Após lido o Edital de Convocação, o Presidente da entidade Senhor Everson Lopes deu início a assembleia, com os informes gerais da APP-Sindicato, em seguida foram abordados os demais itens do edital, sendo: I) Tabela de percas salariais desde 2015, II) situação do reenquadramento dos profissionais de educação infantil na nova tabela de vencimentos do município, III) licenças especiais não concedidas pelo Município aos profissionais da ativa, IV) licenças especiais não concedidas aos profissionais aposentados que não usufruíram, V) solicitação de encaminhamento para realização de concurso público municipal. VI) Indicação de representante para PatoPrev de Josceli Terezinha Pereira RG 5.581.344-2. Diante do exposto, ficou acordado que: a APP-Sindicato buscará junto ao Município, realizar uma reunião com o Prefeito Municipal, Agostinho Zucchi, ou com a senhora Heloi de Carli, atual secretária de Educação do Município. Na sequência será feito novo chamamento de assembleia pela categoria para exposição do posicionamento do mesmo perante a pauta apresentada. Sendo o que havia para deliberar, lavra-se esta ata que será assinada por todos os/as presentes. Pato Branco, 26 de Abril de 2019.



LISTA DE PRESENÇA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA MUNICIPAL REGIONAL.
DIA: 26 DE ABRIL DE 2019

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1.	Feres Cortes	250489-0	
2.	Marimar M. Ferraz	4.610.749-7	
3.	Leane M. L. Fegolin	6.801.167-1	Leane
4.	Marcia R. D. B. Fucintin	5696147-0	Marcia
5.	Caroline Cortes	2.668.131-7	Caroline
6.	Moacir Gregolin	6.766.660-7	
7.	Marcelo Moraes	10.068.550-7	
8.	Fma Liza Pacheco	1.992.099.	
9.	Everson Jose Lopes	8470843-7	
10.	Joacel J. Pereira		
11.			
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			



ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS PROFESSORES

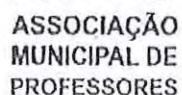
AMP/ Pato Branco-Pr

Rua: Caetano Munhoz da Rocha, 187 – Sambugaro

Fone: (46) 3225 – 9263

CNPJ: 80.871.874/0001-53

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dezenove, ocorreu a assembleia geral extraordinária na Associação Municipal dos Professores. A presidente Ana Lice Pagliosa deu início a reunião dando as boas vindas a todos e em seguida passou-se para a pauta da reunião, tendo como foco principal a escolha dos novos membros para assumirem o conselho administrativo do PatoPrev. Após, foi feita uma breve explanação sobre o que é o PatoPrev e como é feita a administração dele. Entre os participantes da reunião, as professoras Marines e Ereni colocaram-se a disposição para assumirem os respectivos cargos e foram eleitas por aclamação. Então, ficou escolhido como membros representantes da Associação Municipal dos Professores: Titular: Marines Provensi Albani CPF: 639966429-20 RG: 44263211 Telefones: (46) 32245725 ou (46) 999363754 e como suplente: Ereni Koslinski Redivo CPF: 655467179-04 RG: 4333404-2 Telefones: (46) 32245707 ou (46) 999315201. A presidente agradeceu a disposição das duas professoras. Após, tratou-se a respeito das eleições da nova diretoria da AMP e a importância de manter a associação, pois foi comentado sobre a importância da união para não perder benefícios, lembrando sobre o piso nacional que não foi pago em 2018, portanto, estamos perdendo. E por fim esclarecido que o plano odontológico da Unimed não abriu para a AMP, por este motivo não estamos tendo a possibilidade de ofertar aos associados. Sem mais nada a tratar encerrou-se a assembléia.



CNPJ: 80.871.574/0001-53

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO ESTADO DO
PARANÁ SERVIÇOS DE EXPEDIENTE/PROTOCOLO

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

NUMERO DO PROCESSO: 404539

Assunto : SEC ADM E FINANÇAS

Subassunto: SOLICITAÇÃO FAZ

No. Processo : 404539

Data Processo : 01/07/2019

Requerente : APP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO
PARANÁ - NÚCLEO PATO BR

Fone : 32255798

Identificador de processo (Internet) : 84B1M6H

Assinatura do Requerente

PATO BRANCO – PARANÁ

HORA DO PROTOCOLO : 14:26:52

Agora você pode acompanhar seu Protocolo pela Internet acesse
www.patobranco.pr.gov.br no link Protocolo On-line.



Municípios do Núcleo
Sindical de Pato Branco

Bom Sucesso do Sul

Chopinzinho

Clevelândia

Coronel Domingos
Soares

Coronel Vivida

Honório Serpa

Itapejara D' Oeste

Mangueirinha

Mariópolis

Palmas

Pato Branco

Reserva do Iguaçu

São João

Verê

Vitorino

Pato Branco, 30 de junho de 2019.

Ofício 06/2019

Diretor Presidente Pato Prev.

Prezado Senhor

Em resposta a solicitação de inclusão de novos membros no Conselho
de Administração do Pato Prev, indicamos os seguintes membros:

Titular Josceli Terezinha Pereira.

Suplente Ana Lize Pagliosa.

Certos da atenção e pronta acolhida, aproveitamos a oportunidade para apresentar a
Vossa Excelência os protestos do nosso respeito.

Everson José Lopes
Presidente
Núcleo Sindical APP-Pato Branco

9103 3123
3220 6025

Ao
Exmo. Senhor
Ademilson Cândido Silva
Diretor Presidente Pato Prev.
Pato Branco/PR



ASSOCIAÇÃO DOS
FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

Ofício n.º 001/AFM

Pato Branco, 29 de agosto de 2018.

Ao Senhor
Ademilson C. Silva
Presidente do PATOPREV
Prefeitura Municipal de Pato Branco

Prezado Senhor

Conforme Ata N°166 de 24/08/2018 em Assembléia realizada na sede da AFM, foram escolhidos os membros para compor os conselhos de administração e fiscal do PATOPREV, que assim foram compostos:

Conselho Administrativo

Titular: Alana Paula Mulhmann. CPF:053.843.079-60 RG: 98169121

Suplente: Fernanda Merlo. CPF:039.380.919-67 RG:4030624

Conselho Fiscal

Titular: Carlo Henrique Galvan Gnoatto. CPF:065.127.769-84 RG:94245940

Suplente: Gorete Fatima Procopio Colombo. CPF:801.814.229-72 RG:48203612

Atenciosamente



Clovis Gresele
Presidente AFM

28/08/18
afug



ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS PROFESSORES

AMP/ Pato Branco-Pr

Rua: Caetano Munhoz da Rocha, 187 – Sambugaro

Fone: (46) 3225 – 9263

CNPJ: 80.871.874/0001-53

Pato Branco, 12 de julho de 2018.

Ao senhor
ADEMILSON CANDIDO SILVA
Presidente
Patoprev
Pato Branco – Pr.

Assunto: Indicação de membros do conselho administrativo e conselho fiscal do Patoprev.

I - Membro Titular Fiscal

- Nome completo: Edina Silvia Neris
- Número de identidade: 4021795-9
- Número de CPF: 697.452.269-04
- Contato telefônico: (46) 999733630

II - Membro Suplente Fiscal

- Nome completo: Daniele Marcelino da Rosa Beber
- Número de identidade: 6589024-0
- Número de CPF: 029.773.589-60
- Contato telefônico: (46) 999116103

I - Membro Titular Administrativo

- Nome completo: Tefania Maria Costin Bernartt
- Número de identidade: 3201287-6
- Número de CPF: 435.185.089-20
- Contato telefônico: (46) 999718631

III - Membro Suplente Administrativo

- Nome completo: Suzana Vasconcelos Battistin
- Número de identidade: 8164592-2
- Número de CPF: 029.468.099-35
- Contato telefônico: (46) 991021896

Atenciosamente,


Ana Lize Pagliosa
Presidente.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte,
 reuniram-se na sede da Associação Municipal de Profissionais,
 para a posse da nova diretoria eleita no dia cinco de dezembro
 de dois mil e dezanove, que elegeram como presidente, Tania
 Maria dos Santos, portadora do RG: 6.049.073-2 e do CPF: 843.918.
 19.04, como Vice, Rosana Marcarini, portadora do RG: 9.393.
 18-1, CPF: 065.631.419-27, primeira secretária, Claudia Scopel
 da Silva Ferreira, RG: 5.008.875-8, CPF: 855.597.259-00,
 segunda secretária, Patricia Loregem, RG: 9.205.470-5, CPF:
 38.346.119-07, primeira tesoureira, Jorceli Terezinha Pereira
 de Oliveira, RG: 5.581.344-2, CPF: 806.059.589-04, segunda
 tesoureira, Márcia Minicelli, RG: 3.547.241-0, CPF: 027.109.539.
 35, Conselho fiscal, Cida Lúcia Bagnosa, RG: 1912.039-6, CPF:
 18.539.279-29; Marinês P. Albani; RG: 4426321-1, CPF: 639.966.
 429-20, Ivone Maria Pinheiros Gregolin, RG: 6.801.167-1, CPF:
 65.774.860-34, Geovana Custina Bonatti Friere, RG: 4498.
 88-6, CPF: 993282459-15; Ana Francisca Nasilowski,
 RG: 1.716.939, CPF: 337.983.629-04, Maria Aparecida de Quadra
 Pereira, RG: 5795564-3, CPF: 840.162.729-04; Ariane
 Viana, RG: 6.225.560-9, CPF: 017.157.219-00, apresen-
 tando todos os membros da nova diretoria, foi dada a
 sequência a reunião, com a eleição das representantes
 da Patrover, foi indicada a Claudia Maria Scopel da Silva
 Ferreira, e como suplente Marinês P. P. Albani, sendo
 que a Claudia M. Scopel da Silva portadora do RG: 5.008.
 875-8 e CPF: 855.597.259-00 e Marinês P. P. Albani, RG:
 4426321-1, CPF: 639.966.429-20, as quais foram elei-
 das pela maioria dos membros presentes. Ficando todos
 acordados, assinam todos os presentes.

Assinaturas: Rosana Marcarini, Márcia Minicelli, Marinês
 Albani, Geovana Gregolin, Ivone Maria Pinheiros, Jorceli Terezinha
 Pereira, Claudia Scopel da Silva Ferreira, Patricia Loregem, Cida Lúcia Bagnosa, Ana Francisca Nasilowski, Maria Aparecida de Quadra Pereira, Ariane Viana.



ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS PROFESSORES

AMP/ Pato Branco-Pr

cRua: Caetano Munhoz da Rocha, 187 – Sambugaro

Fone: (46) 3225 – 9263

CNPJ: 80.871.874/0001-53

Pato Branco, 04 de março de 2020.

INDICAÇÕES DE REPRESENTANTES DO PATOPREV.

No dia 28 de fevereiro de 2020 realizou-se assembleia na sede da Associação Municipal dos Professores, sendo uma das pautas a eleição das novas representantes do PatoPrev, ficando definido Claudia Maria Scopel da Silva Ferreira (RG: 5.008.875.8 CPF:855597259-00 Telefone (46)984083652) e como suplente Marinês P. P. Albani (RG:4426321-1 CPF:639.966.429-20 Telefone (46)99936-3754). Segue em anexo a cópia da ATA registrada em assembleia.

Atenciosamente,

A Direção.



Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

Ofício nº 27/2018-DA

Pato Branco, 28 de agosto de 2018.

Senhor Presidente:

A Câmara Municipal de Pato Branco, por meio de seu Presidente, indica os representantes para compor os Conselhos de Administração e Fiscal do Patoprev, conforme segue:

CONSELHO	NOME	CARGO	LC 74/2018
Conselho de Administração	Bárbara Santos Klein	Titular	Alínea b, inciso II do art. 76
	Gean Geronimo Dranka	Suplente	§ 1º do art. 76
Conselho Fiscal	Ronaldo Roldão	Titular	Inciso II do art. 80
	Eliana Scariot Amorim	Suplente	§ 1º do art. 80

Encaminhamos cópia dos Certificados de conclusão de Curso Superior de cada um dos indicados na tabela acima.

Atenciosamente.


Joecir Bernardi
Presidente

Senhor **Ademilson Candido Silva**

Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV
Pato Branco – Paraná

SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

CEP. 85506-390 - TEL. (046) 3224-6441
Travessa Borges, 200 – Bairro: Bonato
sindservemuni@hotmail.com
CNPJ: 80.873.557/0001-76

Ofício Nº47

Aos Cuidados de Márcia

O Sindserve vem através deste ofício informar que na data 20 de julho 2018 em Ata Nº 119 em Assembleia foi escolhido pelos funcionários os seguintes nomes para fazer parte do conselho fiscal e conselho administrativo do Pato.Prev. Para o conselho fiscal: Paulo Ricardo de Souza Centenaro CPF: 051.519.429-80 RG: 9733510-9 Data de Nascimento: 17/08/1989 Contato: (46) 9 9922-1226. Suplente: Jose Carlos Martins Pinto da Silva, CPF: 572.752.709-00 RG: 13916943-3 Data de Nascimento: 29/03/1965 Contato: (46) 9 9119-8654. Conselho Administrativo: Cássio Aurélio Teixeira, CPF: 065.835.529-57 RG: 968822-54 Data de Nascimento: 14/03/1990 Contato: (43) 9 9912-6642. Suplente: Juliano Martins da Silva, CPF: 036.014.539-67 RG: 6.863.908-5 Data de Nascimento: 21/02/1982 Contato: (46) 9 99111-7963 . Sendo assim esta informado os nomes que fazem parte do Conselho Fiscal e Administrativo do Pato.Prev.

Atenciosamente,

Presidente do Sindserve

Data: 27 de agosto de 2018

Nelcio R. A. Ferreira

SINDICATO DOS SERV. E FUNC. PUB.
MUN. DA PM DE PATO BRANCO
CNPJ 80.873.557/0001-76

27/08/18.

Ofício Nº 051/2020

Pato Branco, em 12 de agosto de 2020

SENHOR PRESIDENTE

RESPOSTA AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Ofício nº 359/2020-DL – REQUERIMENTO Nº 1324/2020

- Requer ao Executivo Municipal cópia das atas de reuniões do conselho deliberativo da PATOPREV, que tratou sobre o Projeto de Lei Complementar nº 5/2020, no que diz respeito ao aumento no percentual da alíquota de contribuição dos servidores públicos municipais.

Ofício nº 412/2020- DL – REQUERIMENTO Nº1482/2020

- Requer seja oficiado ao PATOPREV, solicitando cópia da ata com os membros representantes no Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da PATOPREV, que tratou sobre o encaminhamento a esta Casa Legislativa, do projeto de lei complementar nº 5/2020, que pede alteração da alíquota de contribuição dos servidores municipais.

Visando dar atendimento aos ofícios e requerimentos supracitados, encaminhamos cópia das respectivas atas, onde foi **COMUNICADO para os Conselhos**, e não **DELIBERADO**, por tratar-se de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, visando adequação da legislação local ao que dispõe a Constituição Federal, concernente a adequação das alíquotas de contribuição dos servidores municipais.

Encaminhamos os documentos solicitados, informando que todas as atas dos conselhos são publicadas no site oficial do PATOPREV, www.patoprev.org, para consulta.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.


ADEMILSON CÂNDIDO SILVA

PRESIDENTE PATOPREV

Ao Exmo Senhor Moacir Gregolin

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

Pato Branco - PR

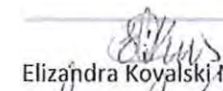
ATA 01/2020 – CONSELHO
DELIBERATIVO:

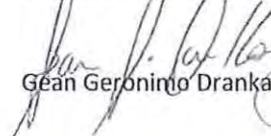
- PRESTAÇÃO DE CONTAS
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA


Ata 001/2020 – Reunião Extraordinária

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2020, às 09h00m (nove horas) reuniram-se via remotamente, com plataforma de reuniões web, os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, nomeados pela Portaria nº 180, de 18 de março de 2020, publicada na data de 23 de março de 2020 para deliberações e outras discussões. Do Conselho de Administração foi confirmada a presença de Cassio Aurelio Teixeira, Elizandra Kovalski Nunes da Silva, Gean Geronimo Dranka, Ademilson Candido Silva, presencialmente estavam os membros Ana Lize Pagliosa Ulkowski e Alana Paula Mulhmann, remotamente os membros do Conselho fiscal Paulo Ricardo de Souza Centenaro, Elizete Maria Filippini Martins, Julli Rebonatto, Prícila Calegari, Carlos Henrique Galvan Gnoatto, Ronaldo Roldão, e Edina Silvia Neris. Pauta da reunião: prestação de contas de gestão de 2019 e apresentação do Projeto de Lei de Reforma da Previdência. O Presidente do Instituto, Ademilson Candido Silva, iniciou a reunião dando as boas vindas apresentando os assuntos a serem discutidos nesta reunião, falando que a primeira parte seria a apresentação do relatório de Gestão 2019 para a aprovação de ambos os Conselhos, e que na sequência seria explanado sobre o projeto de lei da reforma; que devido ao prazo de prestação de contas até 31/03 e as restrições de reuniões devido a pandemia COVID19 faz-se necessário a apresentação neste formato de reunião. Ademilson Candido Silva explanou sobre cada etapa da apresentação/relatório de Gestão, abordando as metas, as estruturas administrativas, os envolvidos pelo RPPS, as participações dos servidores do Patoprev em cursos durante o ano 2019, sobre o monitoramento dos acessos no site do Patoprev, as consultorias contratadas, os questionamentos ao Tribunal de Contas do Paraná, a regularidade perante aos órgãos, principalmente a CRP, que se não estiver válida bloqueia os repasses de recursos para o Município, a prestação da conta aprovada por unanimidade pelo Tribunal de Contas do Paraná no ano de 2019 do exercício de 2018, sobre os processos de compras realizadas em 2019, sobre o cálculo atuarial, sobre os imóveis recebidos para aporte de déficit em 2019, sobre as gratificações pagas pelo Instituto, sobre as arrecadações de contribuições, sobre as transferências de recursos da taxa de administração e as despesas pagas com estes recursos, sobre os rendimentos das aplicações de 2019, sobre o patrimônio do Patoprev, sobre a meta de rentabilidade, sobre o orçamento empenhado e executado em 2019, entre outros aspectos abordados, apresentando os resultados para os conselheiros, e que o relatório será enviado para análise e aprovação. O Presidente frisou que se tiver alguma sugestão de melhoria no relatório ou na gestão, estamos sempre abertos para mudanças e aperfeiçoamento. Em seguida o jurídico do Patoprev Vanderlei Ribeiro da Silva, iniciou se apresentando, e passou a explanação do projeto de lei da reforma da Previdência neste município a ser encaminhado para o Legislativo Municipal para debate e aprovação, falou do déficit atuarial atual e da necessidade de reforma, sobre a alteração dos 14% de alíquota dos servidores enquanto estiver déficit, que há a necessidade da reforma, assim como a União já tomou as medidas, o Estado do Paraná também já fez as alterações, vendo dessa forma a necessidade de reforma no Patoprev, para que no futuro possamos ter uma previdência que todos os servidores consigam ser atendidos. Comentou sobre as novas regras, referendando as regras da União, que o Estado também referendou. Que as regras anteriores ainda estão vigentes, até aprovação da emenda a Lei orgânica e da Lei Complementar no Legislativo Municipal que contará com novas regras, e com regras transitórias para aqueles que estavam próximos conseguir o benefício. Que na nossa reforma estamos referendando integralmente a EC 103/2019 que é o que a União adotou, que o mesmo valerá para o nosso Instituto, frisando que a alíquota progressiva só cabe para RPPS que não tiver déficit, e como temos déficit, a alíquota será de 14% para os servidores, falou que no projeto de lei traz sobre a contribuição ordinária, sobre a contribuição extraordinária, revoga integralmente todas as regras transitórias, e cria nova regra (conforme EC 103), sobre o abono de permanência que vai depender de outra lei ordinária para regulamentar, e que se esta lei não for criada, fica tacitamente revogada o abono de permanência, Vanderlei frisou que enquanto estiver déficit atuarial não poderemos ter uma contribuição menor do que a União definiu; que futuramente teremos alterações na nossa Lei Complementar 74/2018 e outras legislações para adequar as regras da reforma, como a previdência complementar; aberto para questionamentos, os conselheiros fizeram indagações sobre a contribuição complementar, como ficaria antes de ser aprovada a lei que regulamente, ao qual foi respondida por Vanderlei. Marcia pediu que os Conselhos analisassem o relatório de Gestão 2019 e emitissem o parecer a ser entregue no Patoprev, que será encaminhado para a Prefeitura e para a Casa Legislativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se esta reunião. Eu, Marcia Girardi Scopel, lavrei e assinei a presente ata, seguida pela assinatura dos demais membros presentes.

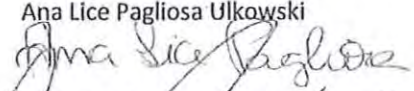
Cassio Aurelio Teixeira


Elizandra Kovalski Nunes da Silva

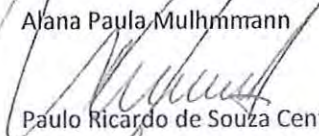

Gean Geronimo Dranka


Ademilson Candido Silva

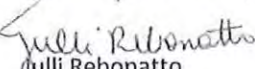
Ana Lise Pagliosa Ulkowski

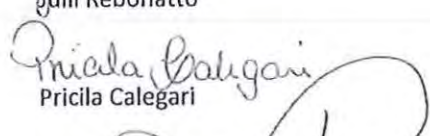

Alana Paula Mulhmann


Alana Paula mulhmann


Paulo Ricardo de Souza Centenaro

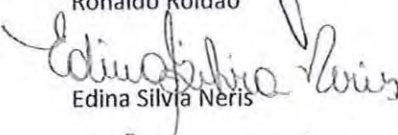

Elizete Maria Filippini Martins


Julli Rebonatto


Pricila Calegari

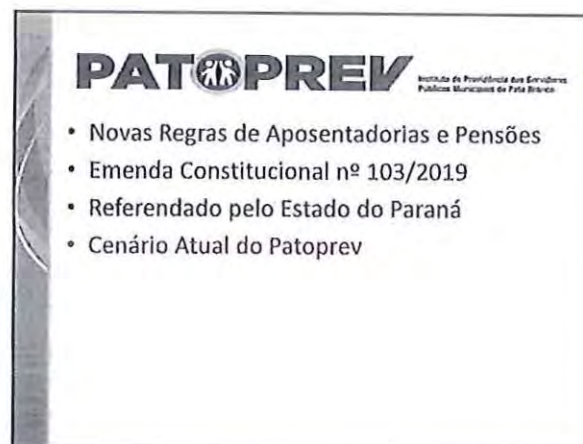
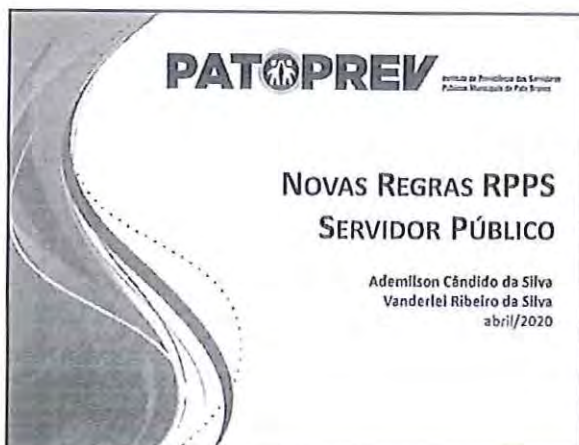

Carlos Henrique Galvan Gnoatto

Ronaldo Roldão


Edina Silvia Neris


Claudio S. Fereira





PATOPREV Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Ponta Grossa

DÉFICIT ATUARIAL

PROJEÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

ESTUDO DE VIABILIDADE - 2015

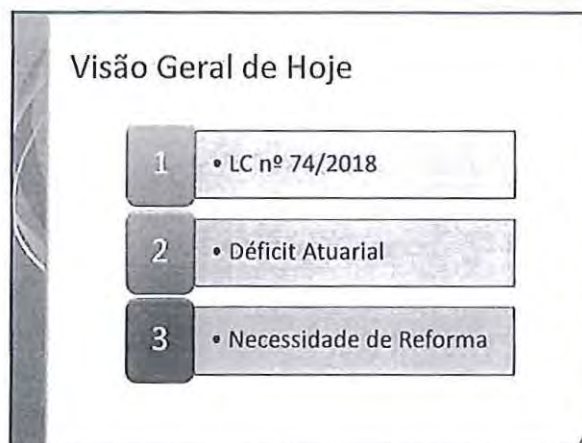
ANO	RECEITAS	COMPENSAÇÃO	CUSTO	DÉFICIT
2015	137.812.216,00		324.091.014,75	186.278.798,75

FUNCIONAMENTO PATOPREV

ANO	RECEITAS	COMPENSAÇÃO	CUSTO	DÉFICIT
2018	205.064.348,97	82.943.050,12	472.014.798,64	167.007.399,55
2019	182.750.927,49	55.931.978,75	541.107.477,38	322.424.501,12

APORTE

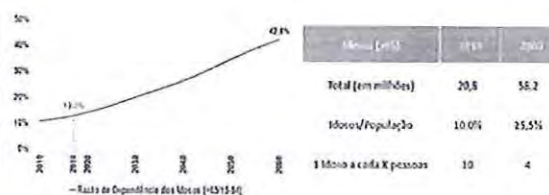
ANO	VALOR (R\$)
2018	0,00
2019	1.821.527,81
2020	2.929.334,63



Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

O objetivo do Projeto de Emenda à Lei Orgânica e da Lei Complementar, tem por premissa, estabelecer novas regras para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, do Município de Pato Branco - PATOPREV, na busca pela sustentabilidade do atual sistema previdenciário municipal, em conformidade com as novas regras estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, de 12 de novembro de 2019.

Evolução da razão de dependência dos idosos no Brasil: 2000 a 2060



NOVAS REGRAS

**Referendar
Regras da
União/Estado
do Paraná.**

PROJETO LEI ORGÂNICA

ART. 2º -
CRIA SESSÃO PREVIDENCIA DO SERVIDOR

INSERE ARTIGO 60 - ATUALIZA CONCEITO DA NOVA PREVIDENCIA

INSERE ARTIGO 60-A - NOVAS IDADES 65 E 62 ANOS, M/H, COM REDUÇÃO DE 5 ANOS PROFESSOR

INSERE 60-B - CRIA NOVAS REGRAS TRANSITÓRIAS PARA BUSCAR A INTEGRALIDADE:

Inciso I - Pontos (tabela progressiva)

Inciso II - Pedágio de 100% do tempo que falta

Inciso III - aposentadoria especial com exigência de idade + contribuição = 86 pontos

O município poderá instituir contribuição extraordinária, por meio de lei ordinária

Nova Regra Geral RPPS da União

Emenda à LOM
Referendo Regras conforme
EC 103/2019

COMO ERA:

Atividade	Tempo mínimo de atividade	Tempo de Serviço Público	Tempo de Carreira
Atividade	15/20 anos	15 anos	5 anos
Atividade	15/20 anos	15 anos	5 anos

COMO FICOU:

Atividade	Tempo de Contribuição	Tempo de Serviço Público	Tempo de Carreira
Atividade	20 anos	15 anos	5 anos
Atividade	20 anos	15 anos	5 anos

Regra de cálculo: 60% + 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos** e média da 100% dos salários de contribuição desde julho de 1994.

** Professor que desempenhar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

*** Para RPPS a idade de entrada de 2% para os 20 anos para homens e mulheres.

PATOPREV Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Foz de Iguaçu

Direito adquirido: as regras de aposentadoria e pensão permanecem as mesmas para os que já recebem o benefício ou já cumpriram os requisitos.

REGRA DE TRANSIÇÃO - 1

Regra de transição RPPS Servidores da União - 1

Emenda à LOM
Referendo Regras conforme EC 103/2019

Como era:

Atividade	Tempo de Contribuição	Tempo de Serviço Público	Tempo de Carreira
Atividade	15/20 anos	15 anos	5 anos
Atividade	15/20 anos	15 anos	5 anos

Como ficou:

Atividade	Tempo de Contribuição	Tempo de Serviço Público	Tempo de Carreira
Atividade	20 anos	15 anos	5 anos
Atividade	20 anos	15 anos	5 anos

Regra de cálculo: 60% + 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos** e média da 100% dos salários de contribuição desde julho de 1994.

** Professor que desempenhar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

*** Para RPPS a idade de entrada de 2% para os 20 anos para homens e mulheres.

REGRA DE TRANSIÇÃO - 2

Regra de transição RPPS Servidores da União - 2

Emenda à LOM
Referendo Regras conforme EC 103/2019

Como era:

Atividade	Tempo de Contribuição	Tempo de Serviço Público	Tempo de Carreira
Atividade	15/20 anos	15 anos	5 anos
Atividade	15/20 anos	15 anos	5 anos

Como ficou:

Atividade	Tempo de Contribuição	Tempo de Serviço Público	Tempo de Carreira
Atividade	20 anos	15 anos	5 anos
Atividade	20 anos	15 anos	5 anos

Regra de cálculo: 60% + 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos** e média da 100% dos salários de contribuição desde julho de 1994.

** Professor que desempenhar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

*** Para RPPS a idade de entrada de 2% para os 20 anos para homens e mulheres.

Handwritten signatures and notes:

Alaudis

Edine

3

Emenda à LOM
Referendo Regras
conforme EC 103/2019

SERVIDOR EXPOSTO A AGENTE NOCIVO

Tempo de Contribuição	Tempo de Serviço Público	Tempo em Exposição Letal	Participação (Média x Tempo de Contribuição)
25 anos de exposição	20 anos	5 anos	86

Cálculo dos Proventos
(60% + 2% por ano acima de 20) da média contributiva

PROJETO LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - estabelece conformidade com a lei orgânica

Art. 2º - Referenda a alteração integral da EC 103/2019

Inciso I – referenda a alteração efetuada no artigo 149 da CF:

- a) alíquota progressiva se não houver déficit
- b) contribuição ordinária acima de 15M para inativos
- c) contribuição extraordinária para cobrir déficit

Inciso II – revoga integralmente todas as regras transitórias que garantiam integralidade naquelas condições – art. 2º, 6º e 6º-a da EC41 e art.3º da EC47

PROJETO LEI COMPLEMENTAR

Art. 3º - Cria regra de aposentadoria da NOVA PREVIDENCIA

Inciso I

Idade 65 e 62 H/M – com redução de 5 anos para magistrário

Exigência mínima de 25 anos de contribuição com cálculo do benefício de 60% sobre média, desde 07/1994, com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder 20 anos.

Trata das atividades especiais, com exigência de idade mínima de 60 anos, 25 de efetiva exposição, 10 anos de serviço público e 5 no último cargo

Redução de 5 anos para professor

Inciso II

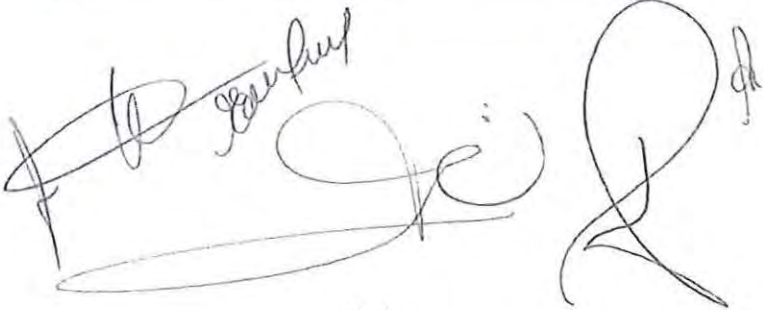
PNE, enquanto não for disciplinada por lei local específica, fica valendo a LC 142/2013, que basicamente exige tempo de serviço e tempo no último cargo

***PNE Portadores de Necessidades**

Regra Geral Art. 10 EC 103/2019

REGRA GERAL – art. 10, § 1º, I

SEXO	IDADE MÍNIMA	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	SERVIÇO PÚBLICO	CARGO EFETIVO
	65	25 anos	10 anos	5 anos
	62	25 anos	10 anos	5 anos


 John F. Kennedy

Atividades Especiais - Art. 10 EC 103/2019

REGRA GERAL – art. 10, § 2º, II

IDADE MÍNIMA	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	SERVIÇO PÚBLICO	CARGO EFETIVO
60	25 anos	10 anos	5 anos

Professores - Art. 10 EC 103/2019

REGRA GERAL – art. 10, § 2º, III

SEXO	IDADE MÍNIMA	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	SERVIÇO PÚBLICO	CARGO EFETIVO
	60	25 anos	10 anos	5 anos
	57	25 anos	10 anos	5 anos

PROJETO LEI COMPLEMENTAR

Art. 4º - CÁLCULO DO BENEFÍCIO, estabelece que será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição, desde 07/1994, correspondente a 100% de todo o período contributivo (não descarta mais 20% das piores contribuições)

Art. 5º TRATA DA PENSÃO POR MORTE – O benefício será pago valor equivalente a 50% + 10% para cada dependente, até limite de 100%
- anteriormente era 100%

Limitação de acumulação de benefícios (cônjuge e companheiros)

COMO ERA	COMO FICOU
<p>Acumulação de Benefícios</p> <p>É permitida a acumulação do estatuto de aposentado e regimes Exporção e aposentadoria; EPPS e PGPSS</p>	<p>Proibição de Acumulação de Benefícios</p> <p>100% do benefício de maior valor + 1 dos demais benefícios →</p>

- Não pode acumular mais de uma pensão decorrente de cônjuge/companheiro no mesmo regime, salvo, no RPPS, a decorrente de cargos acumulados;
- Pode acumular, mas se aplica a redução por filiação: (1) Pensão de cônjuge/companheiro de um regime com pensão de outro regime ou filiação; (2) Pensão de cônjuge/companheiro de um regime + aposentadoria RPPS/RPPS individualizar maior; (3) Pensão maior + aposentadoria RPPS/RPPS.

PROJETO LEI COMPLEMENTAR

Art. 6º - DIREITOS ADQUIRIDOS

Até a data da alteração desta LC, vale ainda as regras anteriores

Art. 7º - Abono de permanência

Ainda tem direito quem completar os requisitos até a data da aprovação desta LC

- val exigir que nova lei ordinária seja aprovada estabelecendo critérios para concessão
- se não houver lei local, fica tacitamente revogado o abono de permanência

PROJETO LEI COMPLEMENTAR

Art. 8º - Estabelece 14% de contribuição dos funcionários (ativos e inativos)

Art. 9º - mantém a contribuição de 14% do município

[Handwritten signatures and initials]

Edine 6


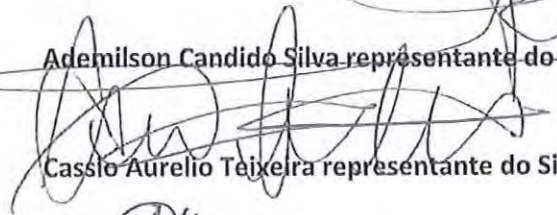

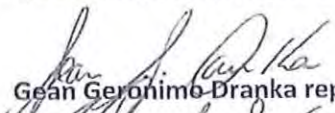
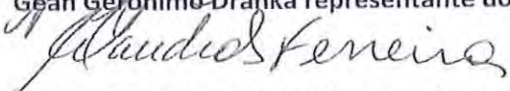
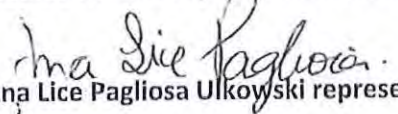
ATA 05/2020 – CONSELHO
DELIBERATIVO:

- NA REUNIÃO FOI MENCIONADO O
DESMEMBRAMENTO DOS PROJETOS
DA REFORMA – TRAMITANDO
SOMENTE 14%
-

Ata 005/2020 – Reunião Ordinária

Aos treze dias do mês de maio de 2020, às 13h30min (treze horas e trinta minutos) reuniram-se remotamente, via plataforma de reuniões web a Diretoria Executiva representada por Ademilson Candido Silva e os membros do Conselho de Administração, Gestão 2018/2020 nomeados pela Portaria nº 180, de 18 de março de 2020, publicada na data de 23 de março de 2020. Foi confirmada a presença de Ademilson Candido Silva representante do Patoprev, Cassio Aurelio Teixeira representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Elizandra Kovalski Nunes da Silva representante do Poder Executivo, Gean Geronimo Dranka representante do Poder Legislativo, Alana Paula Mulhmann representante da Associação dos Funcionários Municipais, Claudia Maria Scopel da Silva Ferreira representante da Associação dos Professores Municipais e Ana Lize Pagliosa Ulkowski representante da APP Sindicato. Participou também na qualidade de ouvinte a nova Diretora Administrativo Financeiro Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti. Marcia Girardi Scopel apresentou um resumo do cenário político-econômico atual, as perspectivas para o mercado devido às crises biológica, econômica e política que o país enfrenta e ainda sobre a incerteza quanto ao tempo de recuperação da economia. Posteriormente, explanou sobre o desempenho dos investimentos efetuados, que resultou em uma rentabilidade positiva em torno de R\$616.000,00 no mês de abril de 2020. Em seguida, seguindo as recomendações do Comitê de Investimento, optou-se por uma posição mais conservadora, investindo principalmente em renda fixa. Após discussões e análises o Conselho de Administração decide as seguintes alocações no mês de maio/2020: R\$ 500.000,00 no Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA, R\$ 700.000,00 no fundo CAIXA ECONOMICA RENDA FIXA IRF-M1+ TÍTULOS PÚBL, R\$ 200.000 no fundo CAIXA FIC ALOCAÇÃO MULTI MERCADO e o restante, aproximadamente R\$300.000,00 no CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATEGICA. Este mês o Conselho de Administração decide que o valor destinado ao pagamento de benefícios seja resgatado do fundo BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO até o limite do pagamento dos benefícios. Quanto às consignações do PATOPREV, se houver saldo de valor significativo, o Conselho Administrativo decide pela aplicação no Fundo BB Previdenciário Renda Fixa Fluxo, e resgates conforme os pagamentos das retenções. Quanto às retenções das contribuições previdenciárias para o RPPS dos inativos do PATOPREV, o Conselho Administrativo decide pela aplicação no CAIXA ECONOMICA RENDA FIXA IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS. O valor que se refere à taxa de administração, o Conselho Administrativo decide que mantenha aplicações no Fundo BB Previdenciário Renda Fixa Fluxo e os resgates sejam feitos conforme necessidade administrativa. Tendo em vista que o Poder Legislativo Municipal de Pato Branco repassa o valor devido ao PATOPREV normalmente em data que antecipa-se à reunião do Conselho de Administração, o Conselho Administrativo decide que a aplicação deste valor obedeça aos moldes estipulados na última reunião precedente. Posteriormente, Ademilson Candido Silva explanou sobre a entrada da servidora Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti na Diretoria Executiva da Patoprev nomeada Diretora Administrativo Financeiro conforme Portaria nº230 de 2020, ainda conforme a Portaria nº 231 de 2020, a servidora Marcia Girardi Scopel foi nomeada Diretora de Benefícios. Em seguida, foi ressaltado que como até o momento não havia ninguém nomeado para a Diretoria de Benefícios, o Comitê de Investimentos estava sendo composto provisoriamente por 02 membros do Conselho de Administração ao invés de 01 membro, com a entrada da Diretora de Benefícios, apenas o membro Cassio Aurelio Teixeira do Conselho de Administração continua compondo o Comitê, já que esse foi indicado primeiro pelo Conselho. Por fim, Ademilson informou que iniciou-se os debates na Câmara referente a alteração da Lei

Complementar nº 74 de 2018, devido às alterações oriundas da reforma da previdência. A data da próxima reunião do Conselho Administrativo ficou definida para 17 de junho de 2020, às 13h30min, neste mesmo local. Nada mais havendo a tratar, encerra-se esta reunião. Eu, Alana Paula Mulhmann, *Alana Paula Mulhmann* lavrei e assinei a presente ata, seguida pela assinatura dos demais membros presentes.


Ademilson Candido Silva
Ademilson Candido Silva representante do Patoprev
Cassio Aurelio Teixeira representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
Elizandra Kovalski Nunes da Silva representante do Poder Executivo
Gean Geronimo Dranka representante do Poder Legislativo
Claudia Maria Scopel da Silva Ferreira representante da Associação dos Professores Municipais
Ana Lize Pagliosa Ulkowsky representante da APP Sindicato

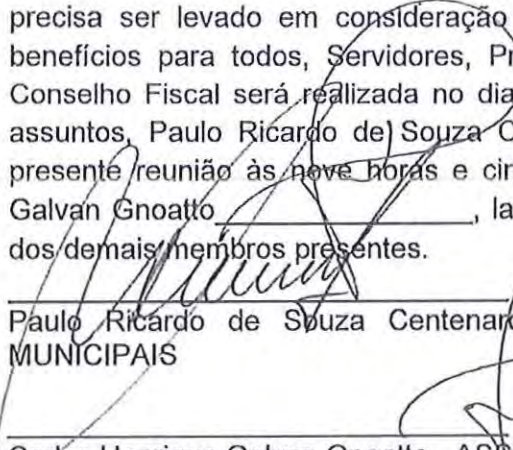
ATA 05/2020 – CONSELHO FISCAL

**Ata 005/2020 – Reunião Ordinária
CONSELHO FISCAL**

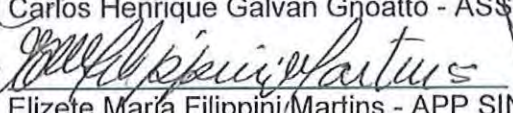
Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se virtualmente, os membros do Conselho Fiscal, Gestão 2018/2020, nomeados pela Portaria Cento e Oitenta, exarada pelo Exmo. Sr. Prefeito Augustinho Zucchi, publicada na data de vinte e três de março de dois mil e vinte, sendo eles Paulo Ricardo de Souza Centenaro representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Carlos Henrique Galvan Gnoatto representante da Associação dos Funcionários Municipais, Elizete Maria Filippini Martins representante do APP Sindicato, Julli Rebonatto representante do Poder Executivo, Pricila Calegari representante do Poder Executivo, Edina Silvia Neris representante da Associação dos Professores Municipais, Ronaldo Roldão, representante do Poder Legislativo. O Presidente iniciou a reunião dando as boas-vindas ao colegiado e comentou que devido a situação do coronavírus estaríamos realizando a reunião no ambiente virtual, pois conforme a Portaria número seis de vinte e três de março de dois mil e vinte, publicada pelo Instituto Pato PatoPrev, a qual suspende reuniões dos Conselhos de Administração, Fiscal e Comitê de Investimentos na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, como medida de enfrentamento à pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19) a reunião presencial não poderia ser realizada. Carlos comentou que o Instituto PATOPREV encaminhou os relatórios das prestações de contas referente ao mês de abril, por e-mail, e os mesmos foram disponibilizados aos demais conselheiros, para análise. Foi aprovado os relatórios referentes ao mês de abril do corrente ano. Neste momento foi adicionado a reunião o Presidente do Instituto de Previdência, Ademilson Candido Silva e a Diretora Administrativa Karolyne Rubia Zanini Rebonatto Dosciatti. Paulo questionou sobre a reforma que foi encaminhada para a câmara, aonde os servidores estão questionando sobre a vida útil do Instituto PatoPrev, que a princípio falava-se em 35 anos e atualmente foi divulgado a vida útil de 16 anos. Ademilson comentou que para implantar o Instituto de Previdência foi feito um estudo de viabilidade, aonde foi analisado se era viável a implantação ou não, o primeiro cálculo atuarial foi feito em 2015 quando era discutido o projeto com a projeção de receitas e despesas em 35 anos. Acontece que com o novo cálculo atuarial o mesmo apontou uma vida útil de 16 anos devido a situação atual, quantidade de servidores inativos e valor previdenciário repassado ao Instituto. Comentou ainda que atualmente o repasse previdenciário está em aproximadamente em R\$ 1.600.000,00 e a folha está aproximadamente em R\$ 600.000,00, tendo como tendência futura igualar o valor arrecadado com a folha, passando a ser utilizado o valor atualmente guardado, aplicações e rendimentos. O cálculo atuarial realizado pelo Banco do Brasil, aponta um cenário pessimista, de que em 16 anos igualaria a receita e despesa necessitando que de aportes da Prefeitura para a manutenção do regime de previdência. Comentou também sobre a reforma da previdência. Paulo questionou sobre a o porquê de não aplicar da base nacional dos percentuais de desconto e porque que precisa ser especificadamente os 14%. Ademilson comentou sobre a tabela progressiva da união, que se o Instituto aderir pode incidir os percentuais entre 7,5% a 22%, porém nos salários dos servidores do Município iria incidir o percentual de até 19%, devido a limitação do teto salarial do Prefeito. Ressaltou que a tabela progressiva, foi instituída para a união, para se ter a alíquota efetiva, devido a faixa salarial dos servidores federais serem maiores do que dos servidores municipais. Os 14% é referente a uma emenda constitucional, aprovada em novembro de 2019, a qual informa que enquanto houver déficit atuarial nos regimes de previdência dos municípios, os municípios não podem cobrar menos do que os 14% da alíquota efetiva da união. Paulo solicitou que fosse encaminhado essa redação que informa sobre a alíquota de 14%. Ademilson ainda comentou

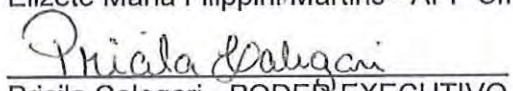
Qu *Edine*

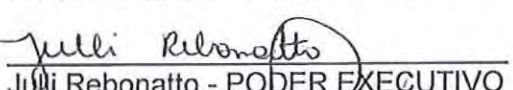
sobre a aprovação da alteração da alíquota para 14% por parte da câmara, sendo necessário a aprovação até 31 de julho do corrente ano, uma vez que caso não aprovado será bloqueado a certidão negativa de débitos, causando bloqueios de recursos, convênios, etc. Ressaltou ainda que será realizado um estudo da tabela progressiva, a possibilidade de aumento da contribuição da alíquota patronal por parte da Prefeitura, a implantação do regime complementar da previdência, sendo esta vantagem para o servidor, para a Prefeitura e para o Instituto. Ademilson explicou sobre o regime de previdência complementar. Paulo questionou sobre o tempo para o desenvolvimento do estudo. Ademilson comentou entre 90 dias, sendo contratado uma consultoria especializada, para desenvolvimento do projeto, bem como, reuniões com os servidores e vereadores. Paulo questionou sobre os servidores que estão aposentados acima do teto do INSS, essa diferença eles recolhem para o Patoprev. Ademilson comentou que atualmente, os servidores inativos com benefício maior que o teto do INSS recolhem referente a diferença do teto do INSS, com alíquota de 11%, após a aprovação da alteração da alíquota passara a ser 14%. Depois da reforma aprovada, o servidor inativo aposentado irá contribuir a partir de um salário mínimo, sendo uma disposição da reforma constante na legislação. Paulo comentou sobre a importância da aprovação da reforma e que precisa ser levado em consideração a faixa salarial dos servidores, uma vez que trará benefícios para todos, Servidores, Prefeitura e o próprio Instituto. A próxima reunião do Conselho Fiscal será realizada no dia 30 de junho de 2020, às 8h30min. Sendo esses os assuntos, Paulo Ricardo de Souza Centenaro, Presidente do Conselho Fiscal, encerra a presente reunião às nove horas e cinquenta minutos e para constar, eu, Carlos Henrique Galvan Gnoatto, lavrei e assinei a presente ata, seguida pela assinatura dos demais membros presentes.

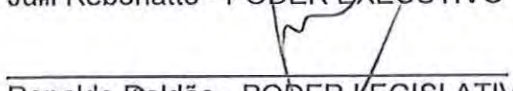

Paulo Ricardo de Souza Centenaro - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS


Carlos Henrique Galvan Gnoatto - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS


Elizete Maria Filippini Martins - APP SINDICATO


Pricila Calegari - PODER EXECUTIVO


Julli Rebonatto - PODER EXECUTIVO

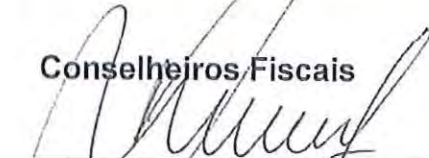

Ronaldo Roldão - PODER LEGISLATIVO


Edina Silvia Neris - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS

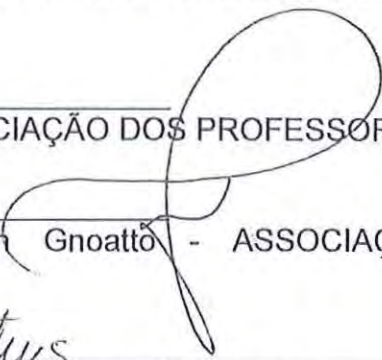
A pauta e lista de presença da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal – data 26/05/2020:

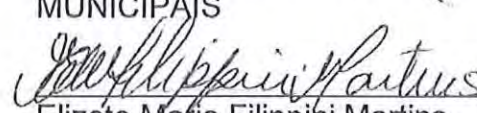
1. Análise dos relatórios referente ao mês de abril;
2. Dúvidas sobre Instituto de Previdência;

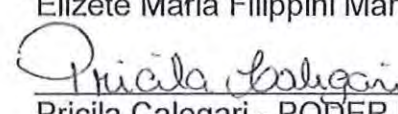
Conselheiros Fiscais**Presença / Assinaturas**


Paulo Ricardo de Souza Centenaro - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS



Edina Silvia Neris - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS


Carlos Henrique Galvan Gnoatto - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS
MUNICIPAIS


Elizete Maria Filippini Martins - APP SINDICATO


Pricila Calegari - PODER EXECUTIVO


Julli Rebonatto - PODER EXECUTIVO


Ronaldo Roldão - PODER LEGISLATIVO

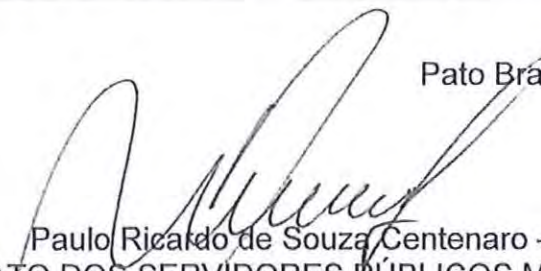
CONSELHO FISCAL**PARECER REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Exercício de abril do ano de 2020

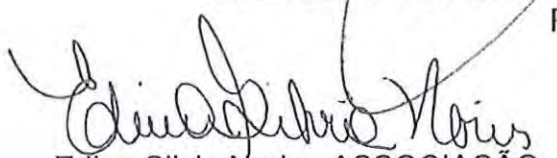
CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Pato Branco - PATOPREV, no exercício de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar número 74 de 23 de abril de 2018, artigo 81, inciso II, e após examinarem a Prestação de Contas do Ordenador de Despesas relativa ao mês de abril de 2020, aprovam sem ressalvas o balanço financeiro e orçamentário.

Pato Branco, 26 de maio de 2020.



Paulo Ricardo de Souza Centenaro –
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
Presidente




Edina Silvia Neris - ASSOCIAÇÃO
DOS PROFESSORES MUNICIPAIS



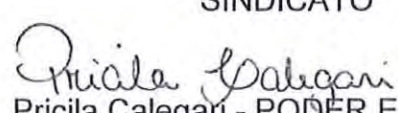
Juli Rebonatto
Juli Rebonatto - PODER EXECUTIVO



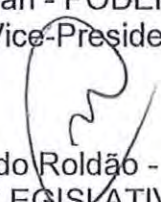
Carlos Henrique Galvan Gnoatto -
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS
MUNICIPAIS



Elizete Maria Filippini Martins - APP
SINDICATO



Pricila Calegari - PODER EXECUTIVO
Vice-Presidente



Ronaldo Roldão - PODER
LEGISLATIVO

Ofício Nº 052/2020

Pato Branco, em 12 de agosto de 2020

SENHOR PRESIDENTE

RESPOSTA AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Ofício nº 359/2020-DL – REQUERIMENTO Nº 1328/2020

- Requer ao Executivo Municipal que informe quais os terrenos da Prefeitura foram transferidos para o **PATOPREV**, enviando cópia das matrículas.

Visando dar atendimento ao ofício e requerimento supracitado, encaminhamos cópia das matrículas dos terrenos, que foram transferidos para o Instituto de Previdência.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.


ADEMILSON CÂNDIDO SILVA

PRESIDENTE PATOPREV

Ao Exmo Senhor Moacir Gregolin
Presidente Câmara Municipal de Vereadores
Pato Branco - PR



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PATO BRANCO-PR

Rua Paraná, nº 1.827 - Trevo da Guarany - Pato Branco - PR - Tel. (46) 3225 - 6480



1º Ofício

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
Comarca de Pato Branco/PR
Rua Osvaldo Aranha, 697
CNPJ N.º 77.780.781/0001-09

TITULAR
Elice Soares Ribas
CPF 603.278.559-91

REGISTRO GERAL

FICHA
01F

MATRÍCULA N.º 46.152

RUBRICA

Grise

24 de outubro de 2012.

Leonardo S. Dec

IMÓVEL URBANO: Lote nº 03 da quadra nº 1585 - RESERVA MUNICIPAL, sita à Rua Pedro Soares, nesta cidade e Comarca de Pato Branco, contendo a área de 2.264,57m² (DOIS MIL DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO METROS CINQUENTA E SETE CENTÍMETROS QUADRADOS), sem benfeitorias, dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE: Confronta com Chácara 06, lote 26 do Núcleo Bom Retiro, medindo 43,95m; SUL: Confronta com Rua Pedro Soares medindo 43,9m; LESTE: Confronta com lote 04, medindo 52,36m; OESTE: Confronta com Lote 02 - Reserva Municipal, medindo 50,75 m². As medidas e confrontações foram fornecidas pelas partes contratantes de acordo com o provimento nº 60/05, capítulo 16, seção 4, item 16.4.1 e seguintes de 06.01.05, as quais assumiram inteira responsabilidade pelo suprimimento. Ref. Mat, R.1 e R.2-43.933 do livro nº 02, deste Ofício.

PROPRIETÁRIA: PJPT ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua José Loureiro, nº 600, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.480.563/0001-48.

AV-1/46.152 - Conforme abertura de matrícula acima, constou como proprietária a pessoa jurídica PJPT Administração de Bens Próprios e Participações Ltda, quando o correto é: **PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Caramuru, Pato Branco-PR, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.448/0001-54, conforme Alvará nº 15.426/2012, memorial descritivo e projetos aprovados em 09.03.12 arquivados nesta Serventia. A presente averbação passa a fazer parte integrante desta para que juntas produzam seus devidos efeitos legais, com observância ao artigo 213, inciso I da Lei nº 6.015/73 e artigo 548 do Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Ref. Mat. 46.152, acima. Pato Branco, 28 de abril de 2016. Dou fé. *Amel*

Av.02/46.152 - Prot. nº. 177.195 - 24 de dezembro de 2.019 - **TÍTULO:** Cadastro Municipal. Nos termos da Escritura Pública de Dação em Pagamento de 23 de dezembro de 2.019, lavrada no livro nº 496, às folhas 76/77, pelo 2º Tabelionato de Notas de Pato Branco-PR, instruída com a certidão negativa de tributos municipais nº 63360/2019, emitida em 20/12/2019, pelo Município de Pato Branco-PR, procedo à presente averbação para constar que o imóvel da presente matrícula está inscrito no cadastro imobiliário municipal sob o nº 550991500. Emls: 315,00 VRC's = R\$.60,80; ISS: R\$.1,82; Fadep: R\$.3,04. Pato Branco, 20 de janeiro de 2.020. Escrevente Juramentado - Pedro Henrique de Souza Santos Tristão. *Tristão*

R.03/46.152 - Prot nº 177.195 - 24 de dezembro de 2.019 - **TÍTULO:** Dação em Pagamento. **DADOR:** MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, já qualificada. **RECEBEDOR:** **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SEVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº. 30.731.795/0001-79, com sede na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco-PR. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura Pública de Dação em Pagamento de 23 de dezembro de 2.019, lavrada no livro nº 496, às folhas 76/77, pelo 2º Tabelionato de Notas de Pato Branco-PR. **OBJETO:** O imóvel desta matrícula. **VALOR:** R\$.566.000,00 (quinhentos e sessenta e seis mil reais). **CONDICÕES:** As constantes da Escritura. ITBI isento do recolhimento conforme guia nº 2529/2019. Isento do recolhimento do Funrejus nos termos do art. 3º, VII, b, 19 da lei estadual nº 12.216/98. Apresentou certidão negativa de tributos municipais nº 63360 emitida em 20/12/2019 pelo Município de Pato Branco-PR e certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo contribuições sociais, emitida em 25/10/2019 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Emitida a DOI. Obrigam-se as partes pelas demais condições da referida escritura. Emls: 4.312,00 VRC's = R\$.832,21; ISS: R\$.24,97; Fadep: R\$.41,61; Selo: R\$.

46.152

MATRÍCULA



4.67. Pato Branco, 20 de janeiro de 2.020. Escrevente Juramentado - Pedro Henrique de Souza Santos Tristão

Renata da Costa Dos Pacheco Moutinho
Oficial Titular

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO e dou fé do que a presente cópia é a reprodução fiel de ficha a que se refere, extraída nos termos do art. 19, §1º da Lei 6.015/73.

Pato Branco, 20 de Janeiro de 2020 - 17:14:49

Buscas R\$ 3,99
Certidão da Inteiro Teor R\$ 12,93
Registros excedentes R\$ 1,14
Selo R\$ 4,67
ISS R\$ 0,51
Funrejus R\$ 4,52
Fadep R\$ 0,90
Total R\$ 28,69

FUNARPEN



SELO DIGITAL
nqgatl.2nxFj.dPCrQ
C3e5k.ebaen



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PATO BRANCO-PR

Rua Paraná, nº 1.827 - Trevo da Guarany - Pato Branco - PR - Tel. (46) 3225 - 6480



1º Ofício

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
Comarca de Pato Branco/PR
Rua Osvaldo Aranha, 697
CNPJ nº 77.780.781/0001-09

TITULAR

Élton Soares Ribas
CPF 603.278.559-91

REGISTRO GERAL

FICHA

001F

MATRÍCULA Nº

43.926

RUBRICA

07 de abril de 2011.

Diomário Ribas
IMÓVEL URBANO: Lote nº02 (dois) da quadra nº 1585 (um mil e quinhentos e oitenta e cinco), RESERVA MUNICIPAL, sita a Pedro Soares, nesta cidade de Pato Branco, contendo a área de 5.164,96m², (CINCO MIL CENTO E SESSENTA E QUATRO METROS E NOVENTA E SEIS CENTÍMETROS QUADRADOS), sem benfeitorias, dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE: Confronta com a Chacara 06 (lote 26 do Núcleo Bom Retiro), com 101,52m; SUL: Confronta com a Rua Pedro Soares, medindo 99,89m; LESTE: Confronta com o lote 27 do Núcleo Bom Retiro, medindo 51,91m; e a OESTE: Com o Lote 01 da mesma quadra medindo 50,75m. As medidas e confrontações foram fornecidas pelas partes contratantes de acordo com o provimento nº60/05, capítulo 16, seção 4, item 16.4.1 e seguintes de 06.01.05, as quais assumiram inteira responsabilidade pelo suprimento. Ref. Mat. R.5-43.044, do livro nº02, deste Ofício.

PROPRIETÁRIO: IMOBILITER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede na Rua Tapajós, nº56, Pato Branco - Pr, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.117.059/0001-43. PJPT ADMINISTRAÇÃO DE BENS PROPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede na Rua José Loureiro, nº300, Curitiba - Pr, inscrita no CNPJ/MF sob nº05.480.563/0001-48, SANDRA MARIA DE PAULA LACERDA, C.I. nº779.658-7-PR, CPF nº025.777.889-67, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliado(a), na Rua Frederic Chopin, nº68, na cidade de Curitiba - Pr.

R-1/43926 - Prot. nº144.619 - 07/04/2011 - Data do Registro - 15/04/2011 - **TRANSMITENTE:** IMOBILITER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede na Rua Tapajós, nº56, Pato Branco - Pr, inscrita no CNPJ/MF sob nº12.117.059/0001-43. PJPT ADMINISTRAÇÃO DE BENS PROPRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede na Rua José Loureiro, nº300, Curitiba - Pr, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.480.563/0001-48. SANDRA MARIA DE PAULA LACERDA, C.I. nº779.658-7-PR, CPF nº025.777.889-67, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliado(a), na Rua Frederic Chopin, nº68, nesta cidade de Curitiba - Pr. **ADQUIRENTE:** MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede na Rua Caramuru, nº271, Pato Branco - Pr, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54. **DOAÇÃO:** Área: 5.164,96m², sem benfeitorias. Que a presente doação é feita em conformidade com a Lei Federal nº6.766, art. 22, de 19.12.1979 (Lei dos Loteamentos), para que o imóvel constante da presente matrícula sob nº43.926 passe ao domínio do município. Dou fé.

Av.02/43.926 - Prot. nº 177.195 - 24 de dezembro de 2.019 - **TÍTULO:** Cadastro Municipal. Nos termos da Escritura Pública de Dação em Pagamento de 23 de dezembro de 2.019, lavrada no livro nº 496, às folhas 76/77, pelo 2º Tabelionato de Notas de Pato Branco-PR, instruída com a certidão negativa de tributos municipais nº 63359/2019, emitida em 20/12/2019, pelo Município de Pato Branco-PR, procedo à presente averbação para constar que o imóvel da presente matrícula está inscrito no cadastro imobiliário municipal sob o nº 550991000. Emls: 315,00 VRC's = R\$.60,80; ISS: R\$.1,82; Fadesp: R\$.3,04. Pato Branco, 20 de janeiro de 2.020. Escrevente Juramentado - Pedro Henrique de Souza Santos Tristão.

R.03/43.926 - Prot nº 177.195 - 24 de dezembro de 2.019 - **TÍTULO:** Dação em Pagamento. **DADOR:** MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, já qualificada. **RECEBEDOR:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SEVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 30.731.795/0001-79, com sede na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco-PR. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura Pública de Dação em Pagamento de 23 de dezembro de 2.019, lavrada no livro nº 496, às folhas 76/77, pelo 2º Tabelionato de Notas de Pato

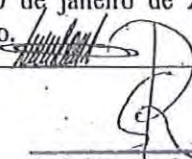
MATRÍCULA Nº
43.926

SEGUIE



CONTINUAÇÃO

Branco-PR. **OBJETO:** O imóvel desta matrícula. **VALOR:** R\$.1.237,000,00 (um milhão duzentos e trinta e sete mil reais). **CONDIÇÕES:** As constantes da Escritura. ITBI isento do recolhimento conforme guia nº 2527/2019. Isento do recolhimento do Funrejus nos termos do art. 3º, VII, b, 19 da lei estadual nº 12.216/98. Apresentou certidão negativa de tributos municipais nº 63359 emitida em 20/12/2019 pelo Município de Pato Branco-PR e certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo contribuições sociais, emitida em 25/10/2019 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Emitida a DOI. Obrigam-se as partes pelas demais condições da referida escritura. Emls: 4.312,00 VRC's = R\$.832,21; ISS: R\$.24,97; Fudep: R\$.41,61; Selo: R\$.4,67. Pato Branco, 20 de janeiro de 2.020. Escrevente Juramentado - Pedro Henrique de Souza Santos Tristão.


Renata da Costa Luz Pacheco Moulinho
Oficial Titular

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO e dou fé de que a presente cópia é a reprodução fiel da ficha a que se refere, extraída nos termos do art. 10, §1º da Lei 6.015/73.
Pato Branco, 20 de janeiro de 2020 - 17:16:45

Buscas R\$ 3,99
Certidão da Inteiro Teor R\$ 12,93
Registros excedentes R\$ 1,14
Selo R\$ 4,67
ISS R\$ 0,54
Funrejus R\$ 4,62
Fudep R\$ 0,00
Total R\$ 28,69

F.U.N.A.R.P.E.N.



SELO DIGITAL
zqqat.o8Y8d.krqvs
ZbdLu.QM474
<http://funarpen.com.br>

Ofício Nº 053/2020

Pato Branco, em 12 de agosto de 2020

SENHOR PRESIDENTE

RESPOSTA AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Ofício nº 368/2020-DL – REQUERIMENTO Nº 1393/2020

- Requer ao Executivo Municipal que em sendo aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 5/2020 que o mesmo só seja aplicado quando houver o início do pagamento das progressões salariais que estão pendentes e quando voltarem a serem pagas as reposições dos servidores públicos municipais.

Visando dar atendimento ao ofício e requerimento supracitado, informamos que a data que deva entrar em vigor a nova contribuição previdenciária é definida pela Constituição Federal, não podendo a lei, ou decisão do município interferir.

É o chamado **Princípio da Anterioridade Nonagesimal**, princípio este constitucional, também chamado de **noventena**, esse princípio determina que os entes cobrem o tributo somente depois de decorridos 90 dias da publicação da lei que o instituiu ou aumentou.

Ou seja, em sendo aprovado o referido projeto de lei em setembro de 2020, em razão do prazo ter sido prorrogado em 60 dias, esta nova alíquota somente poderá ser cobrada a partir de janeiro/2021, data esta que possivelmente já estarão concluídos os estudos da tabela progressiva.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.


ADEMILSON CÂNDIDO SILVA

PRESIDENTE PATOPREV

Ao Exmo Senhor Moacir Gregolin

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

Pato Branco - PR